



Observatório de Conflitos

Dossiê de Conflitos Contemporâneos

volume 4, número 1, 2023

**Grupo de
Estudos de
Defesa e
Segurança
Internacional
(GEDES)**

jan./jun. 2023

Dossiê de Conflitos Contemporâneos

volume 4, número 1

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS

Coordenação

Eduardo Mei e Héctor Luis Saint-Pierre

Conselho Editorial

Maria Aparecida Felix Mercadante

Corpo Editorial

Barbara Campos Diniz

Carolina Antunes Condé de Lima

João Pereira dos Anjos Neto

Maurício Luiz Borges Ramos Dias

Design e Diagramação

Leonardo Rodrigues Taquece

Maria Aparecida Felix Mercadante

João Pereira dos Anjos Neto

Programa de Pós-
Graduação em Relações
Internacionais 'San Tiago
Dantas'

(Unesp, Unicamp, PUC-SP)

Site: www.santiagodantas-ppgri.org

E-mail: relinter@unesp.br



GEDES

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL



Observatório de Conflitos

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS

O **Dossiê de Conflitos Contemporâneos** é fruto da ideia discutida pelos membros do Observatório de Conflitos do GEDES - Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional da Unesp – de criar uma plataforma de divulgação da pesquisa realizada pelos pesquisadores do grupo. O Dossiê de Conflitos Contemporâneos é uma publicação exclusivamente digital, que oferece um espaço para produções de acadêmicos, graduandos e pós-graduandos que pesquisam conflitos nacionais, transnacionais e internacionais da contemporaneidade. A presente edição refere-se ao período de janeiro a junho de 2023.

O trabalho realizado pelo Observatório de Conflitos tem como objetivo identificar, compreender, contextualizar e categorizar conflitos armados nacionais, transnacionais e internacionais, visando divulgar a informação resultante dessas atividades para a comunidade acadêmica e científica e outros setores da sociedade. A visão do projeto é tornar-se referência, para um público nacional e internacional, como uma fonte de dados confiáveis e atualizados sobre conflitos armados atuais.

SUMÁRIO

EDITORIAL	1
Maurício Luiz Borges Ramos Dias	
AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO SEQUELA DA COLONIZAÇÃO	3
Carolina Antunes Condé de Lima, Beatriz Paiva Fantinel e Nathalia Fernandes Pita	
A CAUSA UIGUR E AS TENSÕES ÉTNICAS EM XINJIANG	11
João Pereira dos Anjos Neto, Isadora Cordeiro da Silveira, Lorena Araujo da Silva e Pedro Bergamin Talarico	
O JAPÃO ENTRE O ESCUDO E A ESPADA: O ENTORNO REGIONAL COMO IMPULSIONADOR DA SUA REMILITARIZAÇÃO	26
Maurício Luiz Borges Ramos Dias, Alice Dandára Frazão dos Santos e Juliana Haniu	
SOCIEDADE CLÂNICA SOMALI E <i>WARLORDISMO</i>: MARCAS DO CONFLITO CIVIL NA SOMÁLIA	34
Natalie Storti Corbani e Heitor Cassiano Senra Neves	
O FIM DAS <i>MARAS</i>? EL SALVADOR E O ESTADO DE EXCEÇÃO DE NAYIB BUKELE	49
Maria Aparecida Felix Mercadante e Eduarda Pereira Pires Barboza	
NOVA CHANCE PARA A PAZ: O GOVERNO COLOMBIANO DE GUSTAVO PETRO E EJÉRCITO DE LIBERACIÓN NACIONAL (ELN)	58
Giovanna Amaral Vargas e Maria Aparecida Felix Mercadante	

EDITORIAL

Desde o início da empreitada de produzir o Dossiê de Conflitos Contemporâneos, o Observatório de Conflitos, vinculado ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), se propôs a atuar como um espaço de divulgação de pesquisas, de qualidade, sobre temas concernentes a conflitos da atualidade. Ao longo de três anos, através de análises acadêmicas com abordagens específicas para cada volume, o Dossiê de Conflitos Contemporâneos elaborou conteúdos sobre combates e tensões na América Latina, na África, no Oriente Médio, na Ásia e na Europa Oriental, sem deixar de lado a proposição de reflexões teóricas pertinentes à área de Segurança Internacional nas Relações Internacionais.

Não seria possível enfrentar esse desafio de compreender, contextualizar e apresentar os desafios securitários da contemporaneidade sem o compromisso dos integrantes de Pós-Graduação e dos professores coordenadores do Observatório de Conflitos, a confiança e empenho dos discentes da UNESP do campus de Franca em serem orientados desde 2021, a cada semestre, para produzir, em conjunto com mestrandos e doutorandos, artigos e, por fim, a colaboração de todos os pesquisadores que compuseram nossas edições. Ao longo do primeiro semestre de 2023, essa equipe se reuniu novamente para finalizar essa jornada. Mantendo sempre em vista a missão do Observatório de Conflitos apresentamos o Dossiê de Conflitos Contemporâneos, volume 4, número 1. Esta edição de encerramento é composta por seis artigos redigidos por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP) e discentes do curso de Relações Internacionais da UNESP.

Iniciando o dossiê, Carolina Antunes Condé de Lima, Beatriz Paiva Fantinel e Nathalia Fernandes Pita apresentam como os efeitos da colonização influenciam as teorias e perspectivas das Relações Internacionais. Em seu trabalho, as autoras nos incentivam a buscar visões diferentes daquelas reproduzidas por homens brancos, heteronormativos e ocidentais em um caminho contrário ao “apartheid epistêmico” da disciplina, bem como nos levam a refletir sobre como a dominação do conhecimento contribui para a invisibilização de povos marginalizados e de seus sistemas de opressão.

Inaugurando as ponderações sobre o continente asiático, João Pereira dos Anjos Neto, Isadora Cordeiro da Silveira, Lorena Araujo da Silva e Pedro Bergamin Talarico examinam a origem das tensões étnicas em Xinjiang, território autônomo localizado no noroeste chinês, e como a causa uigur foi cooptada, internacionalmente, por um embate de narrativas frente à

rivalidade entre China e Estados Unidos. Diante de uma temática que ocupou espaço retórico e propagandístico na grande mídia e nas organizações internacionais, é de grande valor estar a par da situação do Xinjiang, com um olhar crítico, histórico e que considera as disputas hegemônicas de poder.

Em seguida, Maurício Luiz Borges Ramos Dias, Alice Dandára Frazão dos Santos e Juliana Haniu realizam uma abordagem geopolítica questionando como o entorno regional japonês, caracterizado pelo desenvolvimento militar chinês e norte-coreano, assim como pela tentativa estadunidense de manter sua influência no continente asiático, promoveram o enfraquecimento da pauta pacifista nipônica e o aceleração da remilitarização do Japão. Outrossim, os autores evidenciam como as tensões regionais contemporâneas contribuíram para a cooperação trilateral entre Japão, Coreia do Sul e Estados Unidos ao longo de 2022.

Com um olhar à África, Natalie Storti Corbani e Heitor Cassiano Senra Neves observam como o agravamento da guerra civil na Somália foi influenciada pela soma de fatores como o warlordismo em seu sistema histórico de clãs, a militarização da sociedade somali e a insurgência de grupos fundamentalistas no país. Para tanto, esse artigo se articula entre passado e atualidade, efetivando um panorama histórico sobre o tradicional sistema de clãs somali e como sua essência se mantém e fortalece manifestações como o warlordismo.

Para finalizar o Dossiê de Conflitos Contemporâneos, voltamo-nos à América Latina. Em seu artigo, Maria Aparecida Felix Mercadante e Eduarda Pereira Pires Barboza expõem a violência orquestrada pela gangue Maras e o Estado de Exceção do presidente Nayib Bukele em El Salvador. As autoras demonstram a origem dos Maras e suas formas de desafiar o Estado, além de refletir sobre como as controvérsias políticas instauradas por Bukele, como encarceramento em massa, não foram efetivas para o combate à violência salvadorenha e violam os direitos humanos de forma institucionalizada.

Por fim, Maria Aparecida Felix Mercadante e Giovanna Amaral Vargas apresentam o conflito entre o governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional. As autoras contextualizam a criação da organização, diferenciando-a das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e explanam os conflitos e seus diálogos com o Estado colombiano.

Em um futuro próximo, o Observatório de Conflitos dará continuidade à sua missão com um novo produto. Enquanto isso, esperamos que essa diversidade de análise seja apreciada e incentive novas pesquisas nas Relações Internacionais! Boa leitura a todos!

Maurício Luiz Borges Ramos Dias
Equipe Editorial

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO SEQUELA DA COLONIZAÇÃO

Carolina Antunes Condé de Lima¹
Beatriz Paiva Fantinel²
Nathalia Fernandes Pita³



Fonte: Cervantes (2012).

As Relações Internacionais (RI), enquanto disciplina, são baseadas em teorias e perspectivas que procuram entender o mundo e as interações estabelecidas entre os Estados e outros atores. Essa dinâmica *estadocêntrica* exclui discussões e acontecimentos nos âmbitos “domésticos” que, por vezes, impactam diretamente na maneira como os Estados se inserem e são inseridos no Sistema Internacional. Na tentativa de mudar essa divisão entre interno e externo típica das RI, as perspectivas pós-coloniais e decoloniais, inseridas no contexto do pós-positivismo, visam a transformação do *status quo* vigente e confrontam as teorias do *mainstream*.

¹ Doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), pesquisadora do GEDES-UNESP e membro do Observatório de Conflitos do GEDES, bolsista CAPES. E-mail para contato: carolina.conde@unesp.br

² Graduanda em Relações Internacionais pela Unesp e membro do Observatório de Conflitos do GEDES. E-mail para contato: beatriz.fantinel@unesp.br

³ Graduanda em Relações Internacionais pela Unesp e membro do Observatório de Conflitos do GEDES. E-mail para contato: nathalia.pita@unesp.br

Dentre as diversas críticas apresentadas pelas teorias pós-coloniais e decoloniais está a denúncia da construção do conhecimento feita por poucos, sendo esses poucos homens brancos, heteronormativos e ocidentais, o que os tornam privilegiados epistêmicos (GROSFOGUEL, 2016, p. 25). A produção desses privilegiados epistêmicos definiu, e ainda determina, a ordem vigente, a partir da reprodução acadêmica das universidades ocidentalizadas e modernas, bem como de suas visões e leituras de mundo. As RI, como produtos dessas universidades, foram geradas dentro dessa mesma lógica.

Antes das construções da academia e da disseminação de seus “conhecimentos”, há todo o movimento de colonização e de violência contra terras, corpos e saberes, que marcam a dinâmica do que seria criado pela episteme ocidental. Nesse sentido, as dimensões espaciais/temporais dos colonizadores foram aplicadas em outras localizações geográficas. Como exemplo nítido, o Sul Global, espaço-território fruto do processo de colonização, sofre desde o século XV com a interferência colonial: primeiro numa ordem de violência física, depois a partir da imposição de estruturas do conhecimento, epistemicamente racistas e sexistas, que se desenvolveram a partir do genocídio/epistemicídio dos sujeitos coloniais (GROSFOGUEL, 2016).

Dessa forma, as perspectivas pós-coloniais e decoloniais, ao se encontrarem fora do espaço de privilégio epistêmico e tomarem por base estudiosos e estudiosas considerados do Sul Global, denunciam as marcas deixadas pelos conflitos oriundos da colonização e anunciam a necessidade da decolonização do conhecimento e, conseqüentemente, a superação do “*apartheid* epistêmico” (GROSFOGUEL, 2016, p. 28). Dito isso, a partir da ideia de epistemicídios, o presente artigo tem como proposta apresentar leituras excluídas das RI para pensarmos atores e dinâmicas que podem contribuir para uma nova leitura sobre conflitos internacionais.

De acordo com Galtung (1969), conflitos podem ser vistos como casos extremos de incompatibilidade que podem, ou não, escalar para o uso de violências. Violência, por sua vez, que pode ser entendida como a “infligência deliberada de danos às pessoas” (KALYVAS, 2006, p. 19) e se dá de forma direta, indireta ou, nos termos de Galtung (1969), de forma direta, estrutural e cultural. Quando falamos de processos de colonização, é importante reconhecer que falamos da violência em todas as suas formas – em outras palavras, “seja intersubjetiva, seja institucional, organizada ou não, [ela] elimina e marginaliza narrativas, agências e corpos” (SILVA, 2021, p. 39).

Nessa perspectiva, Collins (2016), a partir da ideia de *outsider within*⁴, proporciona-nos a possibilidade de repensar os conflitos e as violências a partir daqueles que foram marginalizados. A ideia de *outsider within* trabalhada pela autora tem como referência a vivência de mulheres negras como *outsiders-insiders* (ver nota de rodapé 4) nas dinâmicas sociais das famílias brancas nos Estados Unidos. A inserção do grupo em questão ocorre como membros honorários dessas sociedades brancas, de forma que a relação é de *insider* e o *status* é de *outsiders within*, ou seja, “ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade” (HOOKS, 1984 *apud* COLLINS, 2016, p. 100). Além disso, Simmel (1921 *apud* COLLINS, 2016) contribui para a discussão ao dizer que as mulheres negras podem ser consideradas como “estrangeiras”⁵, conseguindo perceber padrões, diferentemente daqueles que estão imersos nas situações, e, dessa forma, conseguiriam desmistificar o poder branco.

Esta condição de “marginalidade” – isto é, de “*outsiders within* [...] pode[ndo] pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo” (COLLINS, 2016, p. 101) –, contribuiu para o desenvolvimento de pautas do feminismo negro. Para tanto, Collins traz três temas chaves no pensamento feminista negro⁶: 1) o significado de autodefinição e autoavaliação; 2) a natureza interligada da opressão; 3) e, por fim, a importância da cultura de mulheres afro-americanas. Exploraremos a seguir os dois primeiros.

Em primeiro lugar, a autodefinição e autoavaliação são importantes por se mostrarem como um meio de “os outros” objetificados resistirem às situações de desumanização empregadas pelos sistemas de dominação e, em especial, para as mulheres afro-americanas rejeitarem a pressão psicológica internalizada. Ademais, tem-se os estereótipos no controle de grupos dominados, entendidos como “representação de imagens externamente definidas e controladoras da condição feminina afro-americana” (COLLIS, 2016, p. 103).

Frantz Fanon (1961) também escreve sobre a imagem do “outro”, sendo esta construída e difundida pelas visões dualista e maniqueísta, que acompanham as óticas positivistas. Assim, “às vezes esse maniqueísmo chega ao extremo de sua lógica e desumaniza o colonizado”, ou

⁴ A autora expôs em seu artigo que “o termo *outsider within* não tem uma correspondência inquestionável em português [...]” (COLLINS, 2016, p. 99), contudo, para melhor compreender o termo, fazemos seu uso aqui no sentido de fazer referência a indivíduos que não participam de um grupo determinado mas que participam dele de dentro. Tendo como exemplo as mulheres negras que trabalhavam nas casas de brancos nos EUA, Collins (2016) faz referência justamente a este grupo – um que não faz parte da branquitude mas que vive dentro dela.

⁵ “Intelectuais marginais”, segundo Mannheim (1954 *apud* COLLINS, 2016).

⁶ Definido como “ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras” (COLLINS, 2016, p. 101).

seja, animaliza-o, de forma que a linguagem do colono, ao falar do colonizado, é zoológica (FANON, 1961, p. 38). Por conta disso, observa-se que o mundo colonizado de dominação é dividido em dois, sendo que essas duas partes se opõem e se excluem reciprocamente, além de serem “habitados por espécies diferentes” (FANON, 1961, p. 35).

De acordo com Selis e Souza (2021), Fanon realiza uma análise em sua totalidade e contradição da opressão racial, que atinge corpos e mentes, de forma a acreditar que a descolonização é sempre um fenômeno violento, caracterizado pelo encontro de duas forças antagônicas. Com isso, devido à condição colonial que subjuga os indivíduos política, econômica, cultural e corporalmente, tem-se que a contenção muscular e psíquica do “outro” se transforma em força latente, de modo a se tornar uma arma explosiva contra o opressor (SELIS; SOUZA, 2021, p. 64). Entretanto, essa força só se torna revolucionária por meio da luta armada – violência como ferramenta de emancipação –, condicionada pela edificação de um novo homem e de um pensamento inédito (FANON, 1961; SELIS; SOUZA, 2021).

A partir dessa edificação e associação com as ideias de autodefinição e autoavaliação, com o intuito de abordar o assunto sobre os indivíduos colonizados mais amplamente, seria possível observar a libertação psíquica e a perda do medo, as quais, no nível individual, “unifica[m] o *self* corrompido e reconfigura[m] sua humanidade” e, no nível coletivo, “unifica[m] a massa dispersa em corpo nacional” (SELIS; SOUZA, 2021, p. 62). A discussão passa para o internacional depois que se tem a libertação nacional, sendo que as passagens da particularidade nacional e do universalismo do internacional se mostram complementares e intencionados a superar as bases racistas do universalismo europeu.

Dessa forma, retornando ao pensamento anterior, o que Collins (2016, p. 103) expõe é que essa posição de *outsider within* permitiu o desenvolvimento do feminismo negro, potencializando a ascensão de formas de resistências “à opressão multifacetada que [as populações marginalizadas] vivenciam” e se transformando em “uma ameaça constante ao *status quo*”. Ao transpormos essa ideia para os marginalizados criados pelo colonialismo, temos que as perspectivas pós-colonial e decolonial, que visam a quebra do *mainstream* e das dinâmicas de poder, beneficiam-se dessa mesma lógica da autodefinição e da autoavaliação por buscarem romper com os processos de desumanização ao recuperar a humanidade daqueles que foram objetificados.

Em segundo lugar, Collins (2016) aponta que a base do pensamento feminista negro é constituído por questões de raça, gênero e opressão de classe e estão *interligadas*, sendo simultâneas e, por isso, devendo ser analisadas holisticamente. Em segundo lugar, Collins (2016) aponta que a base do pensamento feminista negro é constituída por questões de raça,

gênero e opressão de classe e estão *interligadas*, sendo simultâneas e, por isso, devendo ser analisadas holisticamente. Sendo assim, o que a autora propõe é que se abandone o pensamento binário, que categoriza e hierarquiza opressões para que se adote uma análise que equaliza e equipara tudo e todos – o que ela chama de *natureza interligada da opressão*. Agora, com o novo tipo de investigação de base holística, o objetivo passa a ser determinar quais são os elos que compõem os sistemas opressivos. Além disso, implícita nessa natureza interligada, existe a sugestão de uma perspectiva alternativa humanista para a organização da sociedade (COLLINS, 2016, p. 109), visando desenvolver interpretações teóricas das próprias interações em si.

Levando em conta as contribuições supracitadas, é possível vincular a colonialidade, entendida como consequência da colonização, com a ideia de conflito apresentada por Galtung (1969). Isso posto, os processos de descolonização, por representarem casos de extrema incompatibilidade, podem ser compreendidos como sendo um conflito cujo processo de violência busca pôr fim às violências diretas, estruturais e culturais. A partir disso, é necessário analisá-lo holisticamente com o intuito de que todas as suas variáveis, raça, gênero, sexualidade e classe social, sejam relacionadas com o todo, evitando, assim, a visão dualística que molda o sistema internacional e, portanto, os conflitos.

Como abordado anteriormente, existe uma visão de mundo que foi construída por poucos e foi violentamente imposta via colonização. Essa visão de mundo contribuiu para a construção e reafirmação de estereótipos que presumem o conhecimento sobre povos, culturas, religiões, estruturas sociais, além da imposição de um modo de viver. Assim, este processo de universalização da história e das visões de mundo precisa ser abordado a partir das relações de poder que legitimam o caráter universal de contá-la. Essa única versão, acaba por roubar a dignidade do “outro”, que tem sua história silenciada, e impõe os padrões de saber e de experienciar o mundo, criminalizando o que é diferente (ADICHIE, 2019).

As consequências desse contar histórico único são sentidas também nas RI. Silva (2021, p. 38) fala sobre o poder e de como a disciplina das RI constrói seu entendimento de poder com base nas hierarquias raciais, sendo a “branquitude patriarcal euro-estadunidense” o sujeito norteador, organizador e normatizador da disciplina. Dessa forma, o racismo, temática que será melhor desenvolvida adiante, é parte intrínseca da ontologia e da construção de saber da disciplina, apesar de não ser colocado em discussão como categoria analítica.

Dessa forma, legitima-se o reconhecimento do sofrimento humano de acordo com a raça, termo que foi construído propositalmente pelo branco para inferiorizar o não branco. Como foi apontado por Quijano (2000), essa questão das diferenças de raça, apesar de ter

origem e caráter colonial, é mais duradoura e estável que o próprio colonialismo, de forma que ainda se observa o olhar predominantemente eurocêntrico em todos os aspectos sociais, culturais e econômicos nos territórios das antigas colônias. Esse privilégio de determinados povos sobre outros implica em um comportamento de alienação que é imposto, padronizado e direcionado socialmente pelo saber ocidental, bem como não permite o protagonismo dos marginalizados, tornando-os irrelevantes e esquecíveis nas análises e abordagens *mainstream* das RI.

Em função disso, torna-se imprescindível observar as dinâmicas históricas de colonização, conflito, violência e dominação dos europeus nas Américas, Ásia e África, para entender que a construção de hierarquias entre as civilizações durante a colonização (que permanecem até hoje) são determinantes para o conhecimento das dinâmicas das relações entre Estados. Pode-se afirmar que “a presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (LACLAU, MOUFFE, 1985 *apud* BALLESTRIN, 2013 p. 91).

De acordo com Fanon (1961), pode-se afirmar que aqueles que são caracterizados como “inferiores” são marginalizados pela hierarquia cultural e hegemonia internacional, de forma que o *humanitarismo é seletivo* e exclui povos que foram e ainda são oprimidos pelo sistema, com o intuito de que a identidade nacional de poucos prevaleça. Logo, há um direcionamento de um pensamento xenófobo, racista e liberalista que é legitimado politicamente para validar os interesses das grandes potências.

Com a justificativa de levar desenvolvimento e progresso às suas colônias, o homem branco europeu acaba por dissimular suas ações: com a desapropriação de terras, roubo, extrativismo, genocídios e epistemicídios praticados pelo processo colonial, gerando mazelas existentes na atualidade, afirma que está apenas a cumprir seu “fardo”⁷. A branquitude, de acordo com Bento (2014 *apud* VILELA, 2020, p. 24), faz parte de uma construção social e histórica que trouxe legitimidade para a comunidade branca excluir e negar a realidade daqueles que não lhe interessam. De tal modo, sistematicamente, essas pessoas se colocaram no lugar de privilegiados acerca do acesso a recursos materiais e simbólicos, concebidos, mantidos e preservados pelo colonialismo e imperialismo. Com isso, a branquitude acaba sendo uma eterna perpetradora de conflitos e violências que atingem grupos racializados e empobrecidos.

O processo de colonização cria a personagem do *outsider within*, ou seja, como colocado por Collins (2016), a invisibilização dos marginalizados permite que se estude e se

⁷ Referência ao poema “O Fardo do Homem Branco”, de Rudyard Kipling.

viva por dentro os sistemas de opressão e não apenas suas consequências. Isso possibilita uma melhor compreensão dos conflitos e das violências vividas, que apontam para a necessidade de uma abordagem holística para entender as relações de poder por trás das intenções sociais e, como colocado ao longo do texto, internacionais.

O que temos, portanto, é que vivemos sob o estigma da história única (ADICHIE, 2019; COLLINS, 2016) e do *apartheid* epistêmico (GROSFOGUEL, 2016): as relações de poder impostas pelos processos de racialização dos povos não brancos durante a colonização contribuíram para a formação e legitimação de uma história universalista. A hierarquia racial que surge neste período se perpetua e acaba por se estabelecer como elemento normatizador das Relações Internacionais como um todo (SILVA, 2021), criando um grupo de marginalizados na disciplina.

De tal modo, o padrão de dominação construído utiliza-se da raça como um instrumento de dominação social para silenciar as interpretações alternativas que fujam da análise eurocêntrica. Logo, as investigações no campo das RI são alienadas e marginalizadas. A partir desse quadro, faz-se necessário compreender que a branquitude funciona como uma estrutura de poder, na qual, legitima sua existência e nega a do outro. Sankaran Krishna (2006) aponta que existe no campo das RI uma política de esquecimento como estratégia de excluir e marginalizar outras narrativas do mundo. Assim, a alienação do conhecimento apoia-se nas categorias mais fundamentais desse campo, como os conceitos de Estado, soberania, sociedade, no qual, são instituídos inconscientemente pela raça.

Em função disso, apontamos para a importância de buscarmos um olhar diferente daquele reproduzido por homens brancos, heteronormativos e ocidentais que, de acordo com Grosfoguel (2016), estão ditando as regras do conhecimento desde o longo século XVI. É com o intuito de ter as RI sendo conduzidas por novos pontos de partida que apresentamos uma tentativa de questionar, a partir da pós-colonialidade e da decolonialidade, os conflitos. Portanto, torna-se necessário entender quais os elos que compõem os sistemas opressivos que foram responsáveis pela desumanização de povos racializados, que tiveram a violência contra si justificada pela ideia de uma missão civilizatória dada por “Deus” aos homens brancos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Brasil: Companhia das Letras, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 11, p. 89-117, 2013.

CERVANTES, Eduardo. Imagem. Colonialismo-Injusto.jpg, **Wikimedia Commons**, 2013. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Colonialismo-Injusto.jpg>. Acesso em: 08 de dez. de 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1. 2016.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Lisboa: Editora Ulisseia limitada Tradução de SERAFIM FERREIRA, Transcrição: João Filipe Freitas, 1961.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**. v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, janeiro/abril 2016.

KALYVAS, Stathis. **The Logic of Violence in Civil War**. Cambridge Studies in Comparative Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

KIPLING, Rudyard. **O fardo do homem branco**. 1899. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/O_fardo_do_Homem_Branco.

KRISHNA, Sankaran. Race, amnesia, and the education of international relations. In: JONES, B. G. **Decolonizing International Relation**. Maryland: Rowman & Littlefield, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 117-142.

SELIS, Lara Martim Rodrigues; SOUZA, Natália Félix de. Resistência Política e (im)possibilidades da liberdade entre Franz Fanon e Ashis Nandy. In: TOLEDO, Aureo (org.). **Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. Salvador: Edufba, 2021, p. 57-81.

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoia”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37. Acesso em: 19 de out. de 2022.

VILELA, Ananda. **Epistemicídio e a academia de Relações Internacionais: o Projeto UNESCO e o pensamento afrodiáspórico sobre o Brasil e seu lugar no mundo**. Dissertação (Mestrado) - Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, p. 75. 2020.

A CAUSA UIGUR E AS TENSÕES ÉTNICAS EM XINJIANG

*João Pereira dos Anjos Neto*⁸

*Isadora Cordeiro da Silveira*⁹

*Lorena Araujo da Silva*¹⁰

*Pedro Bergamin Talarico*¹¹



Fonte: Voznaya (2020).

Em 31 de Agosto de 2022, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) publicou um aguardado relatório sobre abusos de direitos humanos na Região Autônoma Uigur de Xinjiang. Em tal documento foram avaliadas as acusações de diversas testemunhas e concluiu-se que as políticas contraterrorismo, extremismo e separatismo do governo da República Popular da China (RPC) resultaram em graves violações dos direitos humanos contra uigures e outros povos majoritariamente muçulmanos. Tal relatório é mais um marco na relação de conflitividade entre uigures e han, cuja notoriedade internacional aumentou nos últimos anos. Paralelamente, muito dessa importância está atrelada à disputa global entre Estados ocidentais, em especial os Estados Unidos, e a RPC e seus aliados. Nesse

⁸ Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Membro do Observatório de Conflitos do GEDES, bolsista CAPES. E-mail para contato: joaoanjos32@gmail.com

⁹ Graduanda em Relações Internacionais na Unesp, Campus de Franca. Membro discente do Observatório de Conflitos do GEDES. E-mail: isadora.cordeiro@unesp.br

¹⁰ Graduanda em Relações Internacionais na Unesp, Campus de Franca. Membro discente do Observatório de Conflitos do GEDES. E-mail: lorena.a.silva@unesp.br

¹¹ Graduando em Relações Internacionais na Unesp, Campus de Franca. Membro discente do Observatório de Conflitos do GEDES. E-mail: pedro.talarico@unesp.br

contexto, cria-se uma narrativa que busca tratar o conflito entre uigures e han como um reflexo da conflitividade entre as grandes potências, o que estimula uma disputa retórica e propagandista que alcança espaço na mídia e em instituições internacionais. Por tal motivo, compreender o conflito uigur é um desafio na medida em que fontes financiadas por diferentes lados do conflito global oferecem versões divergentes dos fatos, seja exagerando-os seja, suavizando-os. Neste dossiê desempenhamos o esforço de compreender as origens do conflito, e como a partir dele se desenvolveram as políticas chinesas criticadas internacionalmente, ponderando a disputa de interesses entre os atores envolvidos.

Localizada no noroeste da China, Xinjiang é geograficamente a maior região do país. Embora seja rica em recursos naturais como petróleo e gás, represente um importante centro de produção agrícola e faça fronteira com Rússia, Afeganistão, Índia, Cazaquistão, Paquistão, Mongólia, Quirguistão e Tajiquistão, Xinjiang é historicamente uma das regiões com o menor PIB da China (ACNUDH, 2022). Enquanto a maior parte da população do país, especialmente os habitantes das regiões ricas ao leste, identifica-se com a etnia han, a região de Xinjiang é constituída principalmente por uigures, grupo étnico turcomano majoritariamente muçulmano sunita, e outras minorias étnicas também predominantemente muçulmanas, como os povos hui. Por tal motivo, desde sua fundação em 1955, Xinjiang recebe o status de região autônoma, classificação concedida para minorias étnicas “se tornarem mestres de suas próprias áreas e administrar os assuntos internos de suas próprias regiões”¹² (CHINA, 2022, p.1, tradução nossa).

Nos anos 1950, 75% de sua população era composta por uigures (ACNUDH, 2022). No entanto, desde 1954 foram estabelecidas políticas para incentivar a migração da população han para Xinjiang. A princípio, essa população exercia uma função militar e agrícola, garantindo a estabilidade e segurança das fronteiras (CLIFF, 2012). Nas décadas seguintes, políticas redistributivas para o desenvolvimento econômico e social da região estimularam a migração da população han para os centros urbanos. Tais políticas resultaram em um rápido crescimento populacional. Até 2019, a população em Xinjiang cresceu em média anual de 2,9%, acima da média nacional de 1,5% (HASMATH, 2019). Esse crescimento veio acompanhado de uma grande mudança na composição demográfica da região. Atualmente, os uigures representam 45% da população de Xinjiang, enquanto os han 42%. (ACNUDH, 2022). Ao mesmo tempo, através de uma série de investimentos e programas sociais ocorreu uma diminuição da pobreza

¹² “Become masters of their own areas and manage the internal affairs of their own regions” (CHINA, 2022, p.1)

em Xinjiang, e a região passou a apresentar um consistente crescimento nos índices econômicos e sociais (CHENG, 2012; ZHOU, 2022; GDL, 2022).

Apesar dos índices positivos de desenvolvimento, a mudança na configuração social de Xinjiang intensificou as tensões étnicas. Embora a região de Xinjiang carregue o status de autônoma, seus órgãos governamentais ainda são subordinados às ordens do Governo Central majoritariamente han. Além disso, em 1993 a *Xinjiang Production and Construction Corps*, instituição han diretamente ligada ao Partido Comunista da China (PCC), foi elevada ao mesmo status político que o governo de Xinjiang (HASMATH, 2019). De forma geral, é alegada baixa representatividade uigur em cargos políticos e administrativos (*Ibidem*). Essas características administrativas da região contribuíram para uma percepção uigur de desigualdade e subordinação, a qual se intensificou ao serem instauradas novas políticas estatais que regulam expressões religiosas e alteram o regime educacional (WEI; GANG, 2009).

No sentido da repressão étnico-cultural, alega-se que o PCC, sendo uma organização ateuísta, teria imposto aos membros do partido e aos funcionários públicos que não utilizassem trajes religiosos como véus islâmicos e o chapéu *doppa* para homens nem participassem de práticas religiosas, como jejum durante o Ramadan (HASMATH, 2019). Essa ação, apesar de não citar propriamente os uigures, atingiria diretamente a comunidade uigur, posto que são majoritariamente muçulmanos. Ademais, o estudo de textos religiosos só seria permitido em algumas escolas e existiriam casos documentados de informantes do governo regularmente visitando reuniões e rezas em igrejas, templos e mesquitas (TAM; HASMATH, 2015).

No âmbito escolar, as autoridades chinesas são acusadas de lentamente retirar o uso de línguas de minorias étnicas no ensino da maioria das escolas, substituindo-as pelo mandarim chinês como língua principal (SCHLUESSEL, 2009). Em 2014, como forma de resistência, alguns membros da comunidade uigur reagiram protestando em frente a um prédio do governo em um município em Aqsu, pedras foram arremessadas e o diretor de uma escola e um funcionário municipal foram agredidos. Ainda assim, as autoridades responderam que o uso dominante do mandarim chinês nas escolas seria uma maneira de garantir que pessoas pertencentes a minorias étnicas competissem igualmente no mercado de trabalho com os han, além de maximizar seu potencial educacional. Contudo, o sucesso dessa política também é questionado (CHERNG; HASMATH; HO, 2016; HASMATH, 2008; HASMATH; HO, 2015; HASMATH; MACDONALD, 2018; HOWELL, 2013).

O acirramento do conflito entre etnias na região também pode ser explicado pelas condições socioeconômicas contrastantes entre uigures e hans. A maioria han em órgãos governamentais implica que há um desequilíbrio de poder, o que abre margem para diferentes

formas de opressão étnico-racial. No entanto, essa segmentação também ocorre em outros setores do mercado de trabalho. Segundo Hasmath (2008, 2011), as minorias nacionais geralmente são menos empregadas e remuneradas que os han, apesar de possuírem maiores índices de escolaridade. Após os anos 1990 e as reformas no mercado, o governo não foi capaz de implementar políticas que contivessem a estratificação dos setores (IREDALE et al., 2001). Através de seu capital social, os han teriam mais facilidade de encontrar melhores oportunidades de emprego. Enquanto trabalhadores pertencentes a grupos minoritários, devido ao baixo status social, encontram dificuldades para serem contratados. Esse cenário alimenta um ciclo de desigualdade: enquanto é mais provável que os uigures tenham empregos de menor status e remuneração, os han ocupam posições altas em diferentes setores do mercado de trabalho (NBS/EAC, 2003).

Devido à característica do processo migratório e as disparidades econômicas, observa-se que os chineses han têm tendência a morar nas áreas mais ricas ao norte de Xinjiang. Enquanto os uigures tendem a morar nas áreas rurais e áreas urbanas mais pobres ao sul da região, onde a economia é fundamentalmente agrícola. Cerca de 80,8% dos uigures residem em áreas rurais, enquanto os han são apenas 46,4%; do mesmo modo, 19,1% dos uigures vivem em cidades, contra 53,6% dos han (HASMATH, 2019). Cao (2010) ainda nota que, mesmo quando residem em comunidades geograficamente próximas, membros dos dois grupos não costumam interagir uns com os outros.

Para Hasmath (2014), essas políticas desenvolvem um ambiente que incentiva a hibridização das culturas han e de minorias étnicas, como também a adesão total da cultura han. Outros autores sugerem que o Estado chinês teria a tendência de retratar minorias étnicas como “exóticas”, adeptas a “tradições atrasadas”, visão que se opõe diretamente à representação dos han, que se vêem como modernos, unidos e “superiores” (GLADNEY, 1994; WANGDU, 2011; CHEUNG, 2012). Nessa conjuntura de desigualdade socioeconômica, essas representações teriam grande impacto sobre a população uigur mais jovem. Para esse grupo, abandonar os valores uigures tradicionais para aderir ao modo de vida seria, portanto, uma escapatória do analfabetismo da língua mais falada na China (mandarim chinês) e da pobreza. Seria um caminho para aceitação social e autopercepção enquanto “pessoas modernas” (ZANG, 2015). Todavia, para parte da comunidade uigur, o abandono cultural é considerado uma forma de traição (FINLEY, 2007, 2013). Logo, além da incompleta inserção econômica, política e social dos uigures, a alienação cultural que essas desigualdades provocam leva ao acúmulo de ressentimento. Essas insatisfações foram expressas ao longo das décadas de forma violenta e organizada por grupos separatistas como o Partido Islâmico do Turquestão (PIT) e o

Movimento Islâmico do Turquestão do Leste (MITL), mas em 2009 o descontentamento social se generalizou.

OS PROTESTOS DE 2009 E OS ATAQUES TERRORISTAS

Em 5 de julho de 2009, centenas de uigures se reuniram na capital de Xinjiang, a cidade de Urumqi, em uma manifestação não-violenta que se transformou em um dos tumultos mais sangrentos da história contemporânea da China (GALWAY; RYONO, 2015). Manifestantes se reuniram em praça pública para protestar contra a inação das autoridades à violência sofrida por uigures e expressar uma percepção comum de injustiça. O protesto foi organizado uma semana após um confronto violento entre uigures e hans em uma fábrica de brinquedos em Shaoguan, cidade da província de Cantão no sul da China, que resultou na morte de dois uigures. Tal conflito ocorreu em 26 de junho de 2009, após seis uigures serem acusados de cometer violência sexual contra duas mulheres hans. Esse rumor, que posteriormente seria comprovado falso, foi supostamente o elemento motivador que levou trabalhadores da etnia han a organizarem um ataque contra os trabalhadores migrantes uigures. Forças policiais foram enviadas para conter o conflito, mas não foram capazes de impedir que, além dos dois uigures mortos, ao menos mais 118 pessoas fossem feridas (ANISTIA INTERNACIONAL, 2010). Notícias sobre o incidente se propagaram pela internet, tornando-se tópico de descontentamento entre uigures que percebiam na ação das autoridades um desinteresse em proteger os trabalhadores uigures. Combinado a um contexto de ressentimento construído ao longo de anos de repressão governamental, restrições à liberdade religiosa e aparente discriminação étnica, o incidente em Shaoguan foi o gatilho final para os protestos de 05/07 (*Ibidem*).

Informações sobre os acontecimentos de 05/07 divergem entre a mídia chinesa, ocidental, o relato de civis que presenciaram o tumulto e relatórios de instituições transnacionais como o *World Uyghur Congress* (WUC). Segundo a Anistia Internacional (2010) e testemunhas locais (SCORES..., 2009), o protesto se iniciou pacificamente com algumas centenas de pessoas na Praça do Povo. No local a polícia tentou dispersar a multidão, que seguiu marchando pela cidade, onde cresceu para até mais de mil pessoas. Número disputado pelo WUC que alega que mais de dez mil manifestantes fizeram parte do movimento (MASS ARRESTS..., 2009). A forma com que a violência escalou também é pouco esclarecida e disputada. Segundo a Anistia Internacional (2010), a violência foi iniciada quando manifestantes chegaram a um bloqueio policial, onde foram ordenados a parar. Aparentemente, apenas os manifestantes que estavam na frente da multidão ouviram as ordens, enquanto o restante continuou a marchar contra o bloqueio. A polícia teria então reagido de forma truculenta, usando bombas de gás

lacrimogêneo e armas de fogo para intimidar e dispersar a multidão. Em reação, manifestantes começaram a resistir às tentativas de detenção e a jogar pedras contra os policiais. Já testemunha em relato ao *New York Times* (WONG, 2009) alega que a violência foi iniciada por manifestantes que atiravam pedras. Por outro lado, o WUC (2009) defende que a polícia já estava à espera dos manifestantes na Praça do Povo, antes mesmo de sua chegada, e que a repressão policial violenta começou assim que as primeiras pessoas apareceram. Em contrapartida, a Xinhua informa que a violência por parte dos manifestantes, que carregavam armas como tijolos, facas e cassetetes, era premeditada (SCORES..., 2009). Para o governo chinês (INFORMATION OFFICE, 2022), os acontecimentos de julho de 2009 foram atentados orquestrados pelo próprio WUC e sua líder, Rebiya Kadeer, e executados por milhares de terroristas agindo de forma simultânea em diversos lugares da cidade de Urumqi atacando civis, órgãos governamentais e forças policiais, além de residências e transportes públicos, causando a destruição de 331 lojas e 1325 veículos.

A violência continuou a escalar durante o dia conforme os manifestantes se dispersaram pela cidade, mas só cessaria por completo dois dias depois do seu início. Em 06 de julho, de acordo com a Anistia Internacional (2010), multidões de chineses hans, armados com facas, pedras e pedaços de madeira, saíram às ruas de Urumqi em retaliação. Tal reação prolongou o conflito, com relatos descrevendo confrontos diretos entre grupos hans e uígures. O tumulto se dissipou com a ação contínua das forças de segurança, no entanto diversas testemunhas (WUC, 2009; ANISTIA INTERNACIONAL, 2010) alegam que as autoridades foram coniventes com a violência provocada pela população han. Segundo a Anistia Internacional (2010), tanto a polícia quanto as forças de segurança chinesas cometeram violações de direitos humanos durante os protestos de julho de 2009. Essas violações incluem violência física, prisões arbitrárias, o uso de armas de fogo para dispersar protestos pacíficos e o uso desnecessário ou excessivo da força, incluindo força letal, no processo de restauração da ordem.

Segundo autoridades chinesas (ANISTIA INTERNACIONAL, 2010), os confrontos de 05/07 resultaram em mais de 1700 feridos e 197 mortos, dos quais 134 eram hans e 10 uígures. Em contrapartida, o WUC (2009) alega que o número de mortos divulgado pelo Estado não condiz com relatos de testemunhas, segundo os quais houveram mais de 1000 uígures mortos em decorrência de tiroteios. Além disso, após os protestos, pelo menos 198 pessoas das 1400 pessoas presas foram condenadas, sendo 35 delas sentenciadas à pena de morte. A Anistia Internacional (2010) avalia que as sentenças foram feitas em condições aquém dos padrões internacionais de julgamento justo.

Contudo, a violência em Xinjiang continuou. Ao fim de agosto de 2009, começaram a surgir rumores de uigures atacando inocentes com agulhas e seringas hipodérmicas, o que rapidamente alarmou a população (CLIFF, 2012). A onda de insegurança iniciada no tumulto de 05/07 mobilizou chineses hans a protestar no dia 3 de setembro. Igualmente aos uigures, os manifestantes hans demonstravam sua insatisfação com a capacidade das autoridades em garantir a segurança. Enquanto a manifestação da população han não foi reprimida pela polícia da mesma forma que o protesto uigur, 5 hans foram mortos e 14 ficaram feridos em ataques com seringas (THE ASSOCIATED PRESS, 2009). Até o fim de setembro mais de 500 pessoas denunciaram para a polícia terem sofrido ataques semelhantes (HORNBY, 2009). Frente à crescente tensão entre ambos os grupos, uma série de medidas políticas foram tomadas, incluindo a substituição de Wang Lequan, Secretário do Comitê do Partido Comunista em Xinjiang, por Zhang Chunxian; a injeção de bilhões de yuans na região para investimentos em infraestrutura e projetos sociais; e a elaboração de rigorosas políticas contraterroristas (CLIFF, 2012).

No entanto, essas medidas só teriam o efeito de eliminar outras demonstrações violentas por completo em 2017. Segundo dados retirados da *Global Terrorism Database* (GTD), após 2009 ao menos 33 ataques violentos foram perpetrados por grupos de identidade Uigur em todo o país. Segundo o governo chinês (2022), desde 1990 terroristas e extremistas religiosos executaram milhares de atentados em Xinjiang, matando e ferindo centenas de policiais e civis. No entanto, o relatório oficial sobre terrorismo em Xinjiang detalha apenas uma porção desses ataques. Além disso, dados registrados na GTD indicam que entre 1990 e 2020 ocorreram apenas 285 atentados terroristas na China, dos quais 95 foram confirmados como ataques executados por grupos de identidade uigur ou muçulmana. No total, esses ataques resultaram em 502 mortos e 662 feridos, sendo que 424 das fatalidades ocorreram em ataques após 2009. Embora esses números já sejam alarmantes, é notável que o governo chinês alegue um número muito maior de casos. Possivelmente essa discrepância se deve à adoção de critérios distintos do GTD, como a inclusão de ataques com seringas, mas esta questão ainda requer maior investigação.

Essa contextualização histórica evidencia que as interações entre o Estado chinês e a região de Xinjiang são marcadas por oscilações. Galway e Ryono (2015) avaliam que durante períodos de fraqueza do Estado houve um ação menos interventora, ao mesmo tempo em que, em momentos de maior força, houve políticas mais agressivas, possivelmente assimilacionistas. Desde os anos 1990, a instabilidade regional provocada em parte pelo fim da União Soviética, e o aumento da demanda por recursos naturais e da mão de obra de Xinjiang, levou o Estado

chinês a aumentar sua presença na região, tanto num sentido econômico quanto securitário. Junto de políticas migratórias, essa presença foi capaz de promover desenvolvimento econômico e social na região, mas não sem provocar o aumento da desigualdade e das tensões étnicas (CLIFF, 2012). Portanto, o conflito uighur-han não se limita a desentendimentos étnicos, mas resulta das contradições entre pressões sociais e uma estrutura política rígida (GALWAY; RYONO, 2015). Independentemente de qualquer avaliação moral a respeito da administração chinesa das tensões em Xinjiang, o fato é que após 2009 o governo decidiu apostar novamente nas mesmas políticas, aumentando ainda mais seus investimentos e endurecendo ainda mais seus protocolos de segurança.

A RESPOSTA CHINESA E AS MEDIDAS ANTITERRORISMO

Após os eventos de 2009 e o aumento de atentados perpetrados por grupos separatistas e o PIT, o governo chinês intensificou seu discurso antiterrorista. Para a China, a conduta separatista uigur, conectada a redes terroristas transnacionais, especialmente jihadistas, é uma ameaça à integridade do território e à segurança chinesa (GREITENS; LEE; YAZICI, 2019). Desde então, o governo desenvolve políticas mais rígidas para prevenir a disseminação de redes terroristas transnacionais no território chinês por meio dos uigures, os quais acreditam serem mais suscetíveis ao extremismo religioso. Além disso, a diáspora uigur aumenta a possibilidade de contato direto com grupos terroristas no Oriente Médio e no sudeste da Ásia. O MITL, por exemplo, é acusado de já ter sido financiado pela al-Qaeda (*Ibidem*). Essa nova conjuntura visa, sobretudo, combater o que o PCC considera como “três males”: terrorismo, separatismo e extremismo (LI, 2019) e reforçar a Política de Uma China, traduzida na fala do presidente Xi Jinping: “o Partido exerce liderança geral em todas as áreas de atuação em toda parte do país” (*apud* BUSBY, 2018, p. 1, tradução nossa)¹³.

A estratégia chinesa de combate ao terrorismo tem como base leis a nível nacional e regional que fornecem uma definição de terrorismo e descrevem os procedimentos a serem executados. Segundo o governo chinês (INFORMATION OFFICE, 2022), essas são legislações desenvolvidas dentro das convenções de direitos humanos e documentos sobre contraterrorismo da ONU. A principal ferramenta dessa estratégia são os Centros de Ensino e Treinamento Vocacional (CETV). Nesses centros são lecionadas aulas de chinês, direito e outras habilidades vocacionais, com o propósito de reabilitar e reinserir na sociedade indivíduos radicalizados

¹³ “The Party exercises overall leadership over all areas of endeavor in every part of the country” (*apud* BUSBY, 2018, p. 1)

(*Ibidem*). A inserção nos CETV é definida por sentenças judiciais, a participação portanto é compulsória e os participantes devem morar nos centros até cumprirem suas penas. Após a graduação, os participantes são alocados em vagas de trabalho em Xinjiang e em outras partes da China em esquemas de transferência de trabalho e trabalho excedente (ACNUDH, 2022). A medida teria o propósito de inserir essa população no mercado de trabalho e diminuir a condição de pobreza que é associada ao extremismo religioso. Por fim, a instalação de câmeras em espaços urbanos e rurais em Xinjiang e o monitoramento virtual criaria uma rede de vigilância capaz de identificar atividades extremistas.

Em um contexto de desigualdade socioeconômica e crescente ressentimento étnico, dissidentes e críticos do governo chinês como Ilham Tohti (2015) interpretam tais políticas não como uma forma legítima de combate ao terrorismo, mas como uma prática de assimilacionismo étnico e cultural contra a população uigur. Para esses críticos, medidas como as redes de vigilância formadas sob o pretexto de garantir a segurança de todos, seriam na verdade um aparato de repressão coletiva (GREITENS; LEE; YAZICI, 2019). Nessa rede de vigilância em massa, pontos de controle espalhados ao longo de cidades na região de Xinjiang funcionam para o controle constante da população uigur. Câmeras, celulares e computadores complementam e automatizam essa rede (WANG, 2019). Essa conjuntura de vigilância baseada especialmente em aspectos digitais, funciona, conforme as próprias autoridades chinesas descrevem, como “filtros” de elementos considerados indesejáveis (WANG, 2021). Indivíduos que não passam pelos “filtros” estabelecidos pelas autoridades, os quais são, quase em sua totalidade, uigures ou membros de outras minorias, são direcionados para os CETV.

Para esses mesmos críticos, os CETV, ao invés de serem escolas como o governo alega, são campos de reeducação e trabalho forçado. Segundo Greitens, Lee e Yazici (2019), cerca de 5% a 10% da população uigur chinesa encontra-se no regime de encarceramento, praticado pelo governo chinês desde 2017. Tal dado é reforçado por Busby (2018), em um testemunho ao *Subcommittee On East Asia, The Pacific, And International Cybersecurity Policy* do senado dos EUA, o qual versa sobre as questões do controle do governo chinês em Xinjiang. Conforme o documento, há uma detenção de um número entre 800 mil a 2 milhões de uigures e membros de outras minorias muçulmanas. Essas detenções feitas pelo governo chinês visariam uma reeducação ideológica, forçando os aprisionados uigures a renunciar ao Islã e aceitar o Partido Comunista Chinês. Segundo o ACNUDH (2022), ao invés de serem julgados e sentenciados a cumprir pena nos CETV, os prisioneiros dos centros são majoritariamente detidos de forma arbitrária, sem serem informados de forma clara os motivos da detenção ou o tempo de suas sentenças.

Críticos do governo chinês acreditam que, junto de outras medidas intrusivas de planejamento familiar e regulações de expressão religiosa, essas políticas formam um regime de repressão coletiva assimilacionista. Parte da comunidade internacional interpreta esse regime como uma forma de genocídio (PAMUK; BRUNNSTROM, 2021). O governo chinês nega todas as acusações e por um extenso relatório do *Information Office* do governo de Xinjiang (2022), defende-se de todas as denúncias, acusando o viés de seus opositores ao ignorar os crescentes índices de desenvolvimento humano na região e interpretar as leis chinesas de forma distorcida, reafirmando seu compromisso com os diversos tratados pró-direitos humanos dos quais faz parte. Em sua defesa, a questão da repressão aos uigures é retratada como uma bem-sucedida ação contraterrorista promotora de estabilidade social, harmonia religiosa, prosperidade cultural e desenvolvimento econômico, mas que é atacada por separatistas, extremistas e opositores em uma campanha de desinformação. Eles também afirmam que a acusação de “milhões de pessoas de minorias étnicas detidas” em Xinjiang trata-se de uma dessas mentiras e distorções fabricadas para deslegitimar a China. Além disso, o governo nota que as críticas ao monitoramento da região de Xinjiang são feitas de forma hipócrita pelo Ocidente, que também utiliza os mesmos aparatos de vigilância.

A CONJUNTURA ATUAL

Desde 2017 não há mais notícias de atentados terroristas em Xinjiang e desde 2019 todos os CETV estão fechados (ACNUDH, 2022). Seja ferindo os direitos humanos ou não, as políticas chinesas parecem ter impedido a escalada da violência que começou em 2009. Contudo, isso não quer dizer que as tensões étnicas regionais tenham se dissipado ou ainda que não existam outras políticas repressivas. O ACNUDH (2022) expressa preocupação com a possibilidade do aparato acusado de permitir violações dos direitos humanos em Xinjiang ser reativado a qualquer momento. A causa Uigur ainda é utilizada por parte da comunidade internacional como justificativa para realizar boicotes e aplicar sanções econômicas contra a China. Em 2022, os Jogos Olímpicos de Inverno realizados em Beijing foram alvo de boicotes diplomáticos dos EUA e outros países do ocidente (TORTELLA, 2022). Em 2021, Joe Biden assinou o *Uyghur Forced Labor Prevention Act* (UFLPA), projeto de lei que proíbe a importação de produtos produzidos em Xinjiang (UNITED STATES, 2022). Outro projeto americano em vigor que visa atingir a China economicamente é o *UGHUR ACT* de 2019, lei que restringe a transferência de tecnologia que possa ser utilizada para ações repressivas (SZADZIEWSKI, 2019). Em 2022, após a publicação do relatório do ACNUDH, uma moção foi apresentada por países ocidentais para debater no Conselho de Direitos Humanos da ONU

a repressão a uigures na China. Contudo, a proposta foi rejeitada pela maioria do Conselho (PAIXÃO, 2022).

Ainda em 2022, após um incêndio em Urumqi provocar a morte de 10 uigures, protestos contra a política de COVID zero emergiram em todo o país (CHINA: PROTEST..., 2022). Embora, até o momento, a maioria das manifestações não carreguem um componente identitário étnico, críticos atribuem isso não a uma política de segurança e desenvolvimento efetiva em dirimir as demandas sociais dos uigures, mas a medidas repressivas e assimilacionistas que extirparam sua vontade de protestar (FINLEY, 2022; AFP, 2022). Independente de quantos uigures realmente tenham sido mortos ou aprisionados nos últimos anos, ou do quão legítimas sejam as ações de ambas as partes, é evidente que há uma sensibilização internacional cada vez maior pela causa Uigur. Mesmo que internamente a China tenha conseguido conter as consequências adversas desse movimento, não parece que externamente ele deixará de ser uma fonte de desconfiança tão cedo.

REFERÊNCIAS

ACNUDH. OHCHR Assessment of human rights concerns in the Xinjiang Uyghur Autonomous Region, People's Republic of China. **Alto Comissariados das Nações Unidas para os Direitos Humanos**, 2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/documents/country-reports/ohchr-assessment-human-rights-concerns-xinjiang-uyghur-autonomous-region>. Acesso em: 19 dez. 2022.

AFP. Protestos na China expõem limites da solidariedade com uigures. **UOL**, 12 dez. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/12/12/protestos-na-china-expoem-limites-da-solidariedade-com-uigures.htm>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ANISTIA INTERNACIONAL. **“Justice, justice”: the July 2009 protests in Xinjiang, China**. 2 jul. 2010. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/asa17/027/2010/en/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BUSBY, S. Testimony of Deputy Assistant Secretary Scott Busby Senate Foreign Relations Committee Subcommittee on East Asia, the Pacific, and International Cybersecurity Policy. **Foreign Senate**, 2018. Disponível em: https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/120418_Busby_Testimony.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

CHENG, C. Poverty alleviation and development in Xinjiang. **Chinese Law and Government**, 44, 6, 3–9, 2012.

CHERNG, S., HASMATH, R.; HO, B. The Double Penalty? Ethno-Gender Outcomes in China's Labour Market. **Paper Presented at North American Chinese Sociologists Association Annual Meeting**, Seattle, USA, August 19, 2016. Disponível em: <https://works.bepress.com/rhasmath/45/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CHEUNG, S.W. Appropriating Otherness and the Contention of Miao Identity in Southwest China. **Asia Pacific Journal of Anthropology** 13 (2): 142–169, 2012.

CHINA: protests erupt over COVID curbs after deadly fire. **Aljazeera**, 26 nov. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/11/26/protests-erupt-over-covid-curbs-in-chinas-xinjiang-after-fire>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CHINA. Regional autonomy for ethnic minorities. **White Papers of the Government**. 2022. Disponível em: <http://www.china.org.cn/e-white/4/4.3.htm>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CLIFF, T. The partnership of stability in Xinjiang: state–society interactions following the July 2009 Unrest. *The China Journal*, 68, 2012.

FINLEY, J. S. “Chinese Oppression in Xinjiang, Middle Eastern Conflicts and Global Islamic Solidarities Among the Uyghurs.” **Journal of Contemporary China**, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238399927_Chinese_Oppression_in_Xinjiang_Middle_Eastern_Conflicts_and_Global_Islamic_Solidarities_among_the_Uyghurs. Acesso em: 26 nov. 2022.

FINLEY, J. S. **The Art of Symbolic Resistance Uyghur Identities and Uyghur-Han Relations in Contemporary Xinjiang**. Leiden: Brill, 2013.

FINLEY, J. S. Why uyghurs, who suffered China’s COVID policies most, won’t protest. **East Mojo**, 6 dez. 2022. Disponível em: <https://www.eastmojo.com/world/2022/12/06/why-uyghurs-who-suffered-chinas-covid-policies-most-wont-protest/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

GALWAY, M.; RYONO, A. Xinjiang under China: reflections on the multiple dimensions of the 2009 Urumqi uprising. **Asian Ethnicity**, 16, 2, 235-255, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14631369.2014.906062>. Acesso em: 14 dez. 2022.

GDL. Subnational HDI - China. **Global Data Lab**. 2022. Disponível em: <https://globaldatalab.org/shdi/table/shdi/CHN/?levels=1+4&years=2019+2018+2017+2016+2015+2014+2013+2012+2011+2010+2009&interpolation=0&extrapolation=0>. Acesso em: 19 dez. 2022.

GLADNEY, D. Representing Nationality in China: Refiguring Majority/Minority Identities. **The Journal of Asian Studies**, 53 (1): 92–123, 1994.

GTD. Terrorist attack’s in China from 1990 to 2020. **Global Terrorism Database**, 2022. Disponível em: https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?page=3&casualties_type=b&casualties_max=&start_yearonly=1990&end_yearonly=2020&ctp2=all&country=44&count=100&expanded=yes&charttype=line&chart=overtime&ob=GTDID&od=desc#results-table. Acesso em: 19 dez. 2022.

GREITENS, S. C.; LEE, M.; YAZICI, E. Counterterrorism and preventive repression: China’s changing strategy in Xinjiang. **International Security**, v. 44, p. 9-47, 2019.

HASMATH, R. The Big Payoff? Educational and Occupational Attainments of Ethnic Minorities in Beijing. **The European Journal of Development Research** 20, 104–116, 2008.

HASMATH, R. The Education of Ethnic Minorities in Beijing. **Ethnic and Racial Studies**, 34:11, 1835-1854, 2011.

HASMATH, R. The Interactions of Ethnic Minorities in Beijing. **University of Oxford Centre on Migration, Policy and Society Working Paper**, 14–111: 1–26, 2014.

HASMATH, R.; HO, B. Job Acquisition, Retention and Outcomes for Ethnic Minorities in Urban China. **Eurasian Geography and Economics**, 56 (1): 24–43, 2015.

HASMATH, R.; MACDONALD, A. Beyond Special Privileges: The Discretionary Treatment of Ethnic Minorities in China's Welfare System. **Journal of Social Policy**, 47 (2), 2018.

HASMATH, R. What explains the rise of majority–minority tensions and conflict in Xinjiang? **Central Asian Survey**, 2019. Disponível em: What explains the rise of majority–minority tensions and conflict in Xinjiang?: Central Asian Survey: Vol 38, No 1 (tandfonline.com). Acesso em: 25 nov. 2022.

HORNBY, L. Needle attacks and rumors spread in China's Xinjiang. **Reuters**, 11 sep. 2009. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSSP440905>. Acesso em: 19 dez. 2022.

HOWELL, A. J. Chinese Minority Income Disparity in Ürümqi: An Analysis of Han-Uyghur Labour Market Outcomes in the Formal and Informal Economies. **China: An International Journal**, 11 (3): 1–23, 2013.

INFORMATION OFFICE. Fight against Terrorism and Extremism in Xinjiang: Truth and Facts. **Information Office of the People's Government of Xinjiang Uygur Autonomous Region**, 2022. Disponível em: <http://nz.china-embassy.gov.cn/eng/gdxw/202209/P020220902393896468713.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

IREDALE, R., BILIK, N., SU, W., GUO, F.; HOY, C. **Contemporary Minority Migration, Education and Ethnicity in China**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2001.

LI, E. Fighting the "Three Evils": A Structural Analysis of Counter Terrorism Legal Architecture in China. **Emory International Law Review**, 33, 3. 2019.

MASS arrests over China violence. **BBC News**, 7 jul. 2009. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/8137432.stm>. Acesso em: 19 dez. 2022.

NBS/EAC (National Bureau of Statistics and State Ethnic Affairs Commission). Tabulation on Nationalities of 2000 Population Census of China, Vols. 1 and 2. Beijing: **The Ethnic Publishing House**, 2003. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/AnnualData/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PAIXÃO, M. Brasil se abstém, e ONU rejeita debate sobre repressão a uígures na China. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/10/brasil-se-abstem-e-onu-rejeita-debate-sobre-repressao-a-uigures-na-china.shtml>. Acesso em: 19 dez. 2022.

PAMUK, H.; BRUNNSTROM, D. In parting shot, Trump administration accuses China of 'genocide' against Uighurs. **Reuters**, 19 jan. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-china-genocide-idUSKBN29O25F>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SCORES killed in China protests. **BBC News**, 6 jul. 2009. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/8135203.stm>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SCHLUESSEL, E. T. History, Identity, and Mother-Tongue Education in Xinjiang. *Central Asian Studies*, 28 (4): 383–402, 2009.

SZADZIEWSKI, H. The push for a Uyghur Human Rights Policy Act in the United States: recent developments in Uyghur activism. **Asian Ethnicity**, 2019.

TAM, J.; HASMATH, R. “Navigating Uncertainty: The Survival Strategies of Religious NGOs in China.” **Journal of Civil Society**, 2015.

THE ASSOCIATED PRESS. 5 killed in needle-attack protests in China. **NBC News**, 4 sep. 2009. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/id/wbna32689688>. Acesso em: 19 dez. 2022.

TOHTI, I. Present-day ethnic problems in Xinjiang Uighur Autonomous Region: overview and recommendations. **China Change**, 22 apr. 2015. Disponível em: <https://chinachange.org/2015/04/22/present-day-ethnic-problems-in-xinjiang-uyghur-autonomous-region-overview-and-recommendations-1>. Acesso em: 19 dez. 2022.

TORTELLA, T. Dinamarca adere ao boicote diplomático às Olimpíadas de Inverno de Pequim. **CNN Brasil**, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esporte/dinamarca-adere-ao-boicote-diplomatico-as-olimpiadas-de-inverno-de-pequim/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

UNITED NATIONS. China: UN experts deeply concerned by alleged detention, forced labour of Uyghurs. **United Nations**. 2021. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2021/03/china-un-experts-deeply-concerned-alleged-detention-forced-labour-uyghurs>. Acesso em: 23 nov. 2022.

UNITED STATES. Customs and Border Protection. **Uyghur forced labor prevention act**. 25 oct. 2022. Disponível em: <https://www.cbp.gov/trade/forced-labor/UFLPA>. Acesso em: 19 dez. 2022.

VOZNAYA, S. **Xinjiang map**. 2020. Disponível em: <https://sofiyav.myportfolio.com/xinjiang-map>. Acesso em: 19 dez. 2022.

WANGDU, K. China’s Minority Education Policy with Reference to Tibet. **Tibetan Review**, 19–23, 2011.

WANG, M. China’s algorithms of repression. **Humans Right Watch**, 2019. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2019/05/01/chinas-algorithms-repression/reverse-engineering-xinjiang-police-mass>. Acesso em: 16 nov. 2022.

WEI, S; GANG, C. The Urumqi riots and China's ethnic policy in Xinjiang. **East Asian Policy**, 1, 3, 2009.

WONG, E. Riots in western China amid ethnic tension. **New York Times**, New York, 5 jul. 2009. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2009/07/06/world/asia/06china.html>. Acesso em: 19 dez. 2022.

WUC. The Urumqi Massacre. **World Uyghur Congress**, 8 dez. 2009. Disponível em: <https://www.uyghurcongress.org/en/the-urumqi-massacre/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ZANG, X. **Ethnicity in China: A Critical Introduction**. Cambridge: Polity Press, 2015.

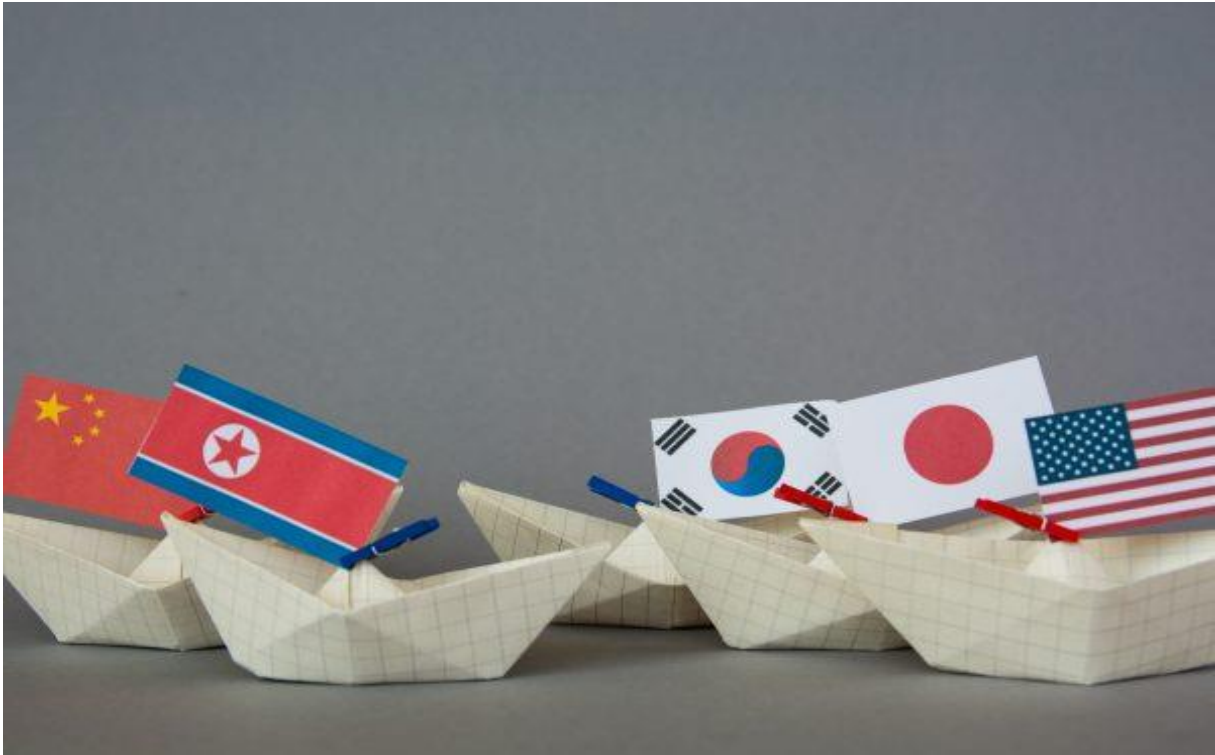
ZHOU, Q. China's most productive provinces and cities as per 2021 GDP Statistics. **China Briefing**, 7 fev. 2022. Disponível em: <https://www.china-briefing.com/news/chinas-2021-gdp-performance-a-look-at-major-provinces-and-cities/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

O JAPÃO ENTRE O ESCUDO E A ESPADA: O ENTORNO REGIONAL COMO IMPULSIONADOR DA SUA REMILITARIZAÇÃO

Maurício Luiz Borges Ramos Dias¹⁴

Alice Dandára Frazão dos Santos¹⁵

Juliana Haniu¹⁶



Fonte: Tiezzi (2023).

Na contemporaneidade, a Ásia Oriental é uma região permeada por tensões militares e, consequentemente, diplomáticas. Em sua complexa arquitetura de segurança, tem-se: o desenvolvimento militar da República Popular da China e sua ascensão hegemônica em contraposição à atuação estadunidense; a instabilidade da península coreana, haja vista o incremento nuclear e o número de testes balísticos da República Popular Democrática da Coreia; e, também, o envolvimento dos Estados Unidos para evitar a perda de sua influência na

¹⁴ Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP - UNICAMP - PUC-SP) e graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Pesquisador do Observatório de Conflitos, do Grupo de Estudos de Índia e Ásia Oriental e do Observatório de Regionalismo, bem como pesquisador-associado da Curadoria de Assuntos do Japão da CEÁSIA-UFPE. Foi integrante da delegação brasileira no programa japonês *Ship for World Youth - SWY 32* e é membro da SWYAA Brasil. E-mail: mauriciolbrdias@gmail.com.

¹⁵ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora do Observatório de Conflitos. E-mail: dandara.santos@unesp.br

¹⁶ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora do Observatório de Conflitos e do Observatório de Política Exterior. E-mail: juliana.haniu@unesp.br.

Ásia. Não obstante, esse quebra-cabeça ainda tem uma importante peça que está se reajustando frente às mudanças geopolíticas de seu entorno regional, o Japão.

Em meio a esses escalonamentos na área da segurança internacional, é interessante notar determinadas particularidades do Japão. Dentre elas, primeiramente, cita-se o artigo 9º da Constituição japonesa de 1947, na qual o Estado nipônico abdicou de forma “exata” o uso da livre beligerância como seu direito soberano (JAPÃO, 2012). A partir dessa característica que embasa o pacifismo japonês, a Terra do Sol Nascente pautou sua agenda de segurança, por meio das Forças de Autodefesa, criadas em 1954, com capacidades militares apenas para a proteção do território nacional e uma política externa tradicionalmente alinhada aos Estados Unidos, os quais se tornaram responsáveis por sua defesa (DIAS, 2019).

No entanto, as mudanças geopolíticas encaminhadas pelo fim da Guerra Fria, paulatinamente, direcionaram a visão japonesa a um novo horizonte para além do pacifismo e voltado à remilitarização. O processo de renascimento militar do Japão iniciado na década de 1990 e impulsionado, anos depois, pelo segundo mandato do primeiro-ministro Shinzō Abe (2007-2008/2012-2020), além de acontecimentos internacionais, como a Guerra do Golfo (1990-1991), a Guerra ao Terror a partir de 2001 e a atual imprevisibilidade militar da Ásia Oriental, estimularam a nação japonesa a novas abordagens de inserção internacional cada vez mais robustas (OROS, 2017).

Dessa forma, com um olhar na contemporaneidade, esse artigo questiona: afinal, de que maneira as tensões geopolíticas da Ásia Oriental influenciaram na intensificação da remilitarização do Japão a partir de 2012? Como hipótese inicial, estima-se que um dos fatores determinantes para essa guinada foi o entorno regional nipônico, caracterizado por suas instabilidades e disputas geopolíticas desafiadoras, que promoveu readaptações militares do Japão. Sendo assim, apresenta-se como objetivo geral compreender como as tensões geopolíticas promoveram o aprofundamento das políticas militares japonesas. Além disso, esse trabalho possui como objetivo específico depreender as respostas da cooperação trilateral entre Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul frente ao cenário de intensificação de tensões de 2022.

As maiores mudanças ocorreram principalmente durante o segundo mandato do governo do primeiro-ministro Shinzō Abe. Segundo Brites (2018), Abe buscava um retorno do protagonismo japonês tanto no aspecto econômico quanto no militar, sendo que suas intenções giravam em torno de transformar o Japão em um país voltado à integração regional, além de uma maior concertação contra a China e a Coreia do Norte. Mas como o Japão daria um direcionamento mais acentuado rumo à sua remilitarização? Para além dos interesses e da predisposição de Abe em avançar nesse caminho, a conjuntura regional que se apresentava

expunha, essencialmente, a vulnerabilidade do Japão a um ambiente de segurança em deterioração.

Regionalmente, esse cenário era manifestado diante da nuclearização e testes balísticos imprevisíveis da Coreia do Norte, bem como perante a expansão militar marítima da China que tencionava disputas territoriais e promovia uma percepção japonesa de insegurança. Em relação à Coreia do Norte, que vem ampliando o seu arsenal nuclear, Shinzō Abe apontou, em 2017, para o perigo desse país não fazer parte do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Já concernente à potência chinesa, para apresentarmos uma relação causal que vá além do mal-estar japonês causado pela expansão militar chinesa, em especial as de caráter marítima no Mar do Sul da China, tornou-se interessante realizar, primeiro, reflexões sobre a relação japonesa com o seu longínquo aliado, os Estados Unidos.

Como Buzan (2003) ressalta, os Estados Unidos precisam da aliança japonesa para se manter enquanto potência na Ásia, ao passo que o governo japonês entende que enquanto esse país estiver na região para contrabalancear a China, ele não precisa gastar tanta energia para fazer o mesmo. Ademais, o governo estadunidense é capaz de influenciar a região no sentido de projetar normas de não proliferação nuclear e ainda cultivar o Japão como aliado dependente de sua proteção externa. Nessa posição, portanto, o governo japonês está de certa forma protegido de seus vizinhos. No entanto, essa disposição estadunidense não ocorre gratuitamente, haja vista que os Estados Unidos solicitam que o país se comprometa com a aliança, inclusive com pressões de uma maior atuação no âmbito militar como visualizado, nitidamente, no governo de Donald Trump (2017-2021) (CARLETTI; DIAS 2020).

Diante desse contexto regional, Abe procurou, além de aprofundar sua aliança com os Estados Unidos, uma maior parceria com a Austrália e a Índia, inclusive com a realização de exercícios militares em conjunto. Essas alianças na Ásia-Pacífico tinham o objetivo de isolar a China, que representava uma ameaça, principalmente devido ao fato do Japão disputar as ilhas Senkaku/Diaoyu com o país, ambas localizadas no Mar da China Oriental (BRITES, 2018). Tóquio controla as ilhas oficialmente, após comprá-las de um proprietário privado em 1972, o que gerou fortes reações negativas da população chinesa e de Pequim que disputa sua soberania há décadas (HUGHES, 2017). Nesse contexto, a China contestou a aquisição e protestou diplomaticamente. Desde esse momento, as tensões escalaram na região, com ambos os países, por vezes, realizando exercícios militares em tom de ameaça.

Os atritos pioraram em 2013 quando a China estabeleceu a Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) no Mar do Leste da China. A ADIZ abrange o território disputado pelos países, o que representou uma mudança na perspectiva japonesa em relação à segurança no

contexto regional. A partir desse momento, Abe iniciou uma ampliação do movimento de afastamento em relação ao país, assim como enfatizou a retórica nacionalista anti-China. Esse nacionalismo anti-China foi intenso no partido do primeiro-ministro, o Partido Liberal Democrata (PLD), que enxergava que o renascimento do Japão enquanto protagonista asiático necessitava do estabelecimento de uma postura de autoafirmação frente aos seus vizinhos (BRITES, 2018).

A questão preocupante é que o nacionalismo japonês e o nacionalismo chinês se retroalimentam, o que significou que à medida que a China reagia às atitudes japonesas, a pauta anti-China era reforçada no Japão. Diante desse cenário, Brites (2018) afirma que devido às atitudes mais agressivas da China no Mar do Leste Oriental, a perspectiva japonesa de romper com as restrições militares constitucionais era fortalecida a fim de lidar com a nova conjuntura internacional.

Foi diante desse contexto nacional e internacional que o Japão passou por um processo de afastamento da sua visão mais institucionalista da ordem internacional e optou por adotar uma postura mais pragmática. Consequentemente, Shinzō Abe acelerou o processo de aprofundamento das capacidades militares japonesas, em contraposição ao ambiente regional. Dentre essas diversas medidas, podemos citar, em 2013, a oficialização do Conselho de Segurança Nacional e a inauguração da Estratégia de Segurança Nacional; no ano de 2014, a adoção dos Três Princípios de Exportação de Defesa e Tecnologia que permitiram ao Japão expandir suas possibilidades de vender armas; em 2015, a aprovação das Diretrizes para a Cooperação em Defesa entre Japão e Estados Unidos, bem como a reinterpretação do artigo 9º da Constituição do Japão que passaria a permitir a autodefesa coletiva¹⁷; e, por fim, a criação de novas Diretrizes Nacionais do Programa de Defesa de 2018, que já haviam sido atualizadas cinco anos antes, frente à incerteza de Abe quanto ao compromisso de Trump em proteger o país nipônico em caso de necessidade (CARLETTI; DIAS, 2020; DIAS, 2019).

Mas onde se encaixaria a cooperação trilateral entre Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul? Ao passo que Shinzō Abe aprofundou intensos embates bilaterais com o Estado sul-coreano durante a sua gestão, um maior fôlego dessa relação trilateral foi identificado, especialmente, em 2022. Isso foi propiciado pelas ameaças que começaram desde o início do ano, quando a Coreia do Norte testou 7 mísseis em Pyongyang apenas em janeiro.

¹⁷ Através do uso da autodefesa coletiva, o Japão pode enviar suas forças militares para além do território nacional e participar de conflitos, desde que o direito à vida, à liberdade e à busca pela felicidade da sua população esteja sob risco em um ataque armado em outro Estado (HUGHES, 2017). Além disso, o Japão se restringe a usar o mínimo de força necessário para proteger esses direitos.

Dessa forma, paulatinamente, ao passo que a Coreia do Norte atingiu o seu número recorde de lançamentos balísticos em um ano, inclusive com capacidade intercontinental de atingir o Japão (SHIN, 2022), a imprevisibilidade norte-coreana promoveu o fortalecimento da cooperação trilateral. Destaca-se ainda que esse movimento seria não somente uma reação à atuação norte-coreana, mas também um resultado da eleição do presidente sul-coreano Yoon Suk-Yeol (2022-atualmente) e dos candidatos conservadores que assumiram após as eleições de 2022, o que abriu espaço para uma nova possibilidade de relação sul-coreana mais orientada aos Estados Unidos e um distanciamento com a China.

Neste sentido, desenvolveu-se a colaboração trilateral, possuindo um maior enfoque e desenvolvimento após as ameaças de mísseis pela Coreia do Norte em novembro de 2022. No dia 13 desse mesmo mês, houve um encontro entre os presidentes sul-coreano, Yoon Suk-Yeol, o estadunidense, Joe Biden (2021-atualmente), e, por fim, o primeiro ministro japonês, Fumio Kishida (2021-atualmente) que teve como principal pauta a série de lançamentos de mísseis norte-coreanos nas últimas semanas. O encontro que aconteceu no Camboja adotou várias diretrizes, sendo um deles o acordo entre os três países de que manteriam dados atualizados em tempo real sobre lançamentos de mísseis (SHIN, 2022). Também durante a conversa ficou acordado que os Estados Unidos fornecerão o suporte necessário para a defesa da Coreia do Sul (ANADOLU AGENCY STAFF, 2022).

A forma com que os países componentes da aliança se comunicam com a Coreia do Norte também tem se mantido a mesma desde sempre. Ou seja, a imposição de maneiras de “como a Coreia do Norte deveria agir” sem sequer alguma condição interessante para todas as partes, além da imposição de sanções, sem a possibilidade de um acordo, o que prolonga as tensões regionais, ao passo que o país norte-coreano já prometeu que irá focar em reforçar suas armas nucleares sem sequer direito a negociação (SHIN, 2022). Neste encaminhamento, podemos mencionar que as sanções impostas pelos três países à Coreia do Norte no dia 1 de dezembro de 2022 (JACOBS; MARLOW, 2022) só mostram ainda mais a fortificação da aliança entre Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul, buscando forçar o governo norte-coreano a atuar de acordo com o jogo de negociação dos integrantes da aliança.

Sendo assim, conforme Mitch Shin (2022, s/p, tradução nossa) “o que deveria ser levado em consideração pelos três líderes nas próximas reuniões é a falta de introdução de novas medidas para resolver o conflito com diplomacia e diálogo”.¹⁸ Porém, ao contrário do sugerido,

¹⁸ “What should be noted following the meetings of these three leaders is that they are not introducing any new measures to resolve the conflict with diplomacy and dialogue”.

a postura habitual de impor restrições à Coreia do Norte, através de sanções apoiadas pela maior parte (exceto a China) do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas é a escolha mais comum (JACOBS; MARLOW, 2022). Frente à Coreia do Norte, o desafio é justamente a aliança trilateral promover políticas internacionais de uma forma democrática e com um diálogo aberto a negociações legítimas para com o país norte-coreano sem intensificar a instabilidade regional e respeitando a Coreia do Norte.

Diante do exposto, percebeu-se como o entorno regional da Ásia Oriental, caracterizado por sua instabilidade e constante disputa, promoveu uma ação reativa por parte do Japão, através tanto de reformulações domésticas quanto no fortalecimento de alianças com países vizinhos. Mas, isso instiga a reflexão: quais caminhos o Japão poderá seguir diante de uma região que desafia a continuidade do pacifismo japonês?

Para tanto, é interessante identificar as duas alternativas sobre o que a conjuntura de segurança na região asiática pode se tornar, conforme apresentado por Buzan (2003). A primeira, é que se tornaria uma região conflituosa devido aos fortes nacionalismos, ao profundo ressentimento da China e da Coreia do Sul em relação ao imperialismo japonês, à presença de duas potências nucleares, China e Coreia do Norte, além de outros Estados que também possuem armas nucleares, e a presença de embates entre os países. Nesse contexto, dois elementos principais determinarão o futuro dessa região: 1) a adoção ou não pela China de uma postura agressiva em relação aos seus vizinhos; e 2) a manutenção ou diminuição da posição de potência dos Estados Unidos, o que garantiria uma certa estabilidade asiática.

Já outro caminho possível seria um regime de segurança no qual, mesmo com a existência de conflitos, os países seriam mais abertos ao diálogo e se mostrariam dispostos a cooperar. Nesse sentido, Buzan (2003) aponta que as principais condições para que essa alternativa seja possível é que a China, apesar de se tornar uma grande potência da região, seja vista como “benigna” por seus vizinhos. Além disso, os Estados Unidos poderiam optar por continuarem ativos enquanto ator que possui a capacidade de contrabalançar a China na região e, por essa razão, garantir certa estabilidade.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, no cenário contemporâneo, o Japão provavelmente optará por continuar se aliando aos Estados Unidos para enfrentar, não militarmente, mas, economicamente, a China. Isso se deve ao fato de que, apesar de o Japão ter passado por uma acentuada remilitarização com Shinzō Abe, isso ainda não significa que ele se tornou um país plenamente militar, uma vez que o uso da autodefesa coletiva é possível somente com diversas restrições. Dessa forma, apesar da nova atuação japonesa mais proativa

no cenário internacional, não se visualiza um horizonte no qual os embates e os fortes nacionalismos conflitantes sejam superados.

Logo, diante do seu contexto regional, é provável que o Japão mantenha o seu processo de renascimento militar em curso. Resta saber em qual intensidade, ao passo que Kishida não manteve o mesmo ritmo acelerado de remilitarização de Shinzō Abe e suas reformulações na política de defesa apresentadas em dezembro de 2022 (KOSUKE, 2022), apesar de intensas, devem ser analisadas quando colocadas em prática. Ainda assim, vale nos atentarmos a como os desafios conjunturais, como o belicismo norte-coreano, contribuem para que alianças sejam fortalecidas, conforme visualizado no desenvolvimento da cooperação trilateral Japão-Estados Unidos-Coreia do Sul que se deu após os mais recentes eventos por parte da Coreia do Norte.

REFERÊNCIAS

ANADOLU AGENCY STAFF. Leaders of US, Japan, South Korea discuss cooperation to counter threat from North Korea. **Anadolu Agency**. 13 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/leaders-of-us-japan-south-korea-discuss-cooperation-to-counter-threat-from-north-korea/2736735>. Acesso em: 8 dez. 2022.

BRITES, Pedro Vinícius Pereira. **As dinâmicas regionais do Nordeste Asiático e o pivô norte-coreano**. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2018. 270 f. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/183290/001078039.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 nov. 2022.

BUZAN, Barry. Security architecture in Asia: the interplay of regional and global levels. **The Pacific Review**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 143-173, 2003.

CARLETTI, Anna; DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos Dias. A Política Externa de Shinzō Abe (2012-2019): uma nova orientação japonesa. **Cadernos de Relações Internacionais e Defesa**, Santana do Livramento, v. 2, n. 2, p. 23-43, 2020.

DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos. **A Política Externa de Shinzō Abe (2012-2019) e o Novo Caminho Japonês**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Pampa, Relações Internacionais, 2019. 133 f.

HUGHES, Christopher W. Japan's Strategic Trajectory and Collective Self-Defense: Essential Continuity or Radical Shift?. **The Journal of Japanese Studies**, [S.l.], v. 43, n. 1, p. 93-126, 2017.

JACOBS, Jennifer e IAIN, Marlow. U.S., Japan, and South Korea Impose Sanctions to Punish North Korea for Missile Tests. **TIME**, 1 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://time.com/6238185/new-north-korea-sanctions/>. Acesso em: 8 dez. 2022.

KOSUKE, Takahashi. Japan's Major Turning Point on Defense Policy - Three new security documents prepared by the Kishida administration mark a new era in Japan's post-war security strategy. **The Diplomat**. 17 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/12/japans-major-turning-point-on-defense-policy/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

OROS, Andrew L. **Japan's security renaissance: new policies and politics for the twenty-first century**. Nova York: Columbia University Press, 2017.

PANDA, Jagannath. Beyond North Korea: The Japan-South Korea-US Trilateral in the Indo-Pacific. **The Diplomat**. 23 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/02/beyond-north-korea-the-japan-south-korea-us-trilateral-in-the-indo-pacific/>. Acesso em: 8 dez. 2022.

SHIN, Mitch. Facing North Korea 's Missile Threats, South Korea, US, Japan Reaffirm Joint Commitment. **The Diplomat**. 15 de novembro de 2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/11/facing-north-koreas-missile-threats-south-korea-us-japan-reaffirm-joint-commitment/>. Acesso em: 7 dez. 2022.

TIEZZI, Shannon. China Expresses 'Grave Concern' Over South Korea-US Military Drills - Beijing is throwing its weight behind Pyongyang's claim that its missile tests are a necessary defensive response. **The Diplomat**, 16 de março de 2023. Disponível em: <https://thediplomat.com/2023/03/china-expresses-grave-concern-over-south-korea-us-military-drills/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SOCIEDADE CLÂNICA SOMALI E *WARLORDISMO*: MARCAS DO CONFLITO CIVIL NA SOMÁLIA

*Natalie Storti Corbani*¹⁹
*Heitor Cassiano Senra Neves*²⁰



Fonte: Mitchell (2011).

A persistência e o agravamento da conjuntura de crise política, econômica, social e ambiental que caracteriza a situação na qual a sociedade somali se encontra, se devem em grande parte à guerra civil que se prolonga nesse território há anos. As raízes desse conflito remontam à maneira com a qual a forma de organização tradicional do povo somali foi encarada, seja pela comunidade internacional, seja pelos governos internos ou pela própria população. Isso, portanto, torna necessária a compreensão de como essas camadas se manifestam ao longo da história desse país. Pelo fato da vida política na Somália ter sido estruturada nos parâmetros do sistema clânico que organiza essa sociedade agropastoral (ADAM, 1992, p. 11), diversos desentendimentos acerca de como governar, marcaram os conflitos que ocorreram entres os principais clãs, suas unidades e subunidades ao longo da história dessa sociedade. Para compor esse quadro de instabilidade, muitos foram os casos de

¹⁹ Graduanda em Relações Internacionais na Unesp, Campus de Franca. Membro discente do Observatório de Conflitos do GEDES. E-mail: natalie.s.corbani@unesp.br

²⁰ Graduando em Relações Internacionais na Unesp, Campus de Franca. Membro discente do Observatório de Conflitos do GEDES. E-mail: heitor.neves@unesp.br.

intervenções externas que, seja por meio de processos de colonização ou de missões de paz, sempre tentaram encaixar um sistema ocidental de governo numa estrutura social tradicionalmente incompatível com esse modelo. Pode-se dizer que, um breve momento de união dos clãs em torno de um objetivo em comum ocorreu na luta pela derrubada do governo autoritário de Siad Barre, do clã Marehan. Esse, não apenas favoreceu uma coalizão de três clãs (Marehan, Ogaden e Dubahante) em detrimento dos demais, como também tentou erradicar o próprio clanismo, o que fomentou ressentimentos que foram mobilizados pelas elites políticas para conquistarem prestígio político e econômico, em um fenômeno conhecido como *warlordismo*²¹. Nesse período, destaca-se também a derrota somali na Guerra de Ogaden²² em 1978, o que agravou a conjuntura de crise social, política e econômica que o país vivenciava. Essa soma de fatores foi o estopim para um levante popular coordenado e empreendido por organizações de base clânica, como as forças do Congresso Somali Unido (CSU), a Frente Somali de Salvação Nacional (FSSN) e o Movimento Nacional Somali (MNS), o qual derrubaria Siad Barre apoiado pelos membros de seu clã e daria início ao conflito armado no país.

Tendo essa situação em vista, o presente artigo se propõe a responder a seguinte questão: como as características da sociedade clânica somali e o *warlordismo* configuram a violência organizada na Guerra Civil da Somália? Propõe-se como objetivo geral discutir como os elementos constitutivos da sociedade clânica e o *warlordismo* implicam nas dinâmicas da guerra civil somali. Com isso, argumenta-se que a construção de sociedades clânicas acompanha papéis sociais e visões de mundo específicas, que por sua vez refletem a estrutura da violência organizada, enquanto o *warlordismo* (HANSEN, 2003) acrescenta uma nova dimensão ao conflito, com suas características próprias e caráter territorialista²³ que tende a amplificar certas características clânicas.

²¹ O termo “warlodismo” vem da tradução do termo em inglês *warlodism*, o qual teria derivado do conceito de *warlord* que, segundo o Cambridge Dictionary, seria um líder militar que controla um país ou uma área dentro de um país.

²² Investida das tropas somalis na região de Ogaden, na porção oriental da Etiópia, em fevereiro de 1977, numa tentativa de anexação dessa área, que constitui 20% do território etíope, para a realização do projeto da “Grande Somália” (ACCORD, 2022). Entre 1977 e 1991, a Etiópia se envolveu em três conflitos simultâneos: contra a independência da Eritreia; contra as forças da Frente de Libertação Popular do Tigrá (TPLF, em inglês), região ao norte da Etiópia; e a guerra contra a Somália, propriamente. Ao final do período, um novo governo comandava a Etiópia, do reformista democrático Meles Zenawi; um novo Estado foi construído, a Eritreia; e o governo de Siad Barre na Somália enfrentava seu colapso (ACCORD, 2022).

²³ A conveniência do termo “territorialista” de ser utilizado aqui se deve à forma como o conceito de “território” é entendido e tratado dentro do contexto do warlodismo. Por vezes, tal conceito poderia ser confundido com o termo “territorial”, o qual diria respeito ao maior foco dos atores do *warlodismo* em principalmente controlar ou manter o controle sobre o território físico específico em questão, seja por meio de bases operacionais ou sistemas administrativos, por exemplo. Já agir de forma “territorialista” seria mais complexo que isso, pois englobaria

Para cumprir com o objetivo, propõe-se a combinação da pesquisa histórica (PINSKY, 2008), de modo a construir uma linha cronológica dos principais acontecimentos que culminaram na Guerra Civil na Somália e atores envolvidos, à pesquisa documental (PINSKY, 2008), com a coleta de dados empíricos que permitam uma análise da intensidade da violência mobilizada no conflito. Com isso, este artigo é dividido em três partes de discussão: (i) configuração da sociedade clânica somali, explicando as suas implicações, assim como esse sistema diante dos processos de colonização e descolonização; (ii) anos iniciais do conflito na Somália e intervenções humanitárias, apresentando os interesses dos envolvidos e os desdobramentos até os dias atuais; e (iii) politização da identidade clânica e *warlordismo* na guerra civil somali, mostrando como esse último ganha força da primeira.

No período pré-colonial, a governança na sociedade somali era tradicionalmente fundamentada em clãs, de modo que a lei e a ordem eram feitas de acordo com laços de parentesco ou contratos. Embora os clãs compartilhassem tradições culturais e crenças religiosas, o poder persistia descentralizado graças à divergência de seus objetivos, assim como à extensão e fragmentação geográfica de seus territórios, o que os impedia de constituírem uma unidade política e, logo, à identificação comum de Estado-nação. Apesar do sistema clânico muitas vezes ter resultado em conflitos devido ao personalismo aplicado em alguns setores, como por exemplo na repartição desigual dos recursos²⁴, esse arranjo ainda era capaz de produzir normas, sanções e mecanismos sociais usados na resolução dos embates, o que acabava por promover certa estabilidade à ordem social (MOHAMOUD, *apud* ABUKAR, 2015, p. 19).

Quanto à estrutura social da sociedade clânica somali, é comum a caracterização de um “sistema de linha segmentar descentralizado”, ou seja, “(...) a estrutura política e social encontra-se fortemente dividida num complexo sistema genealógico baseado na estrutura de clãs geográfica e economicamente distintos” (CARDOSO, 2012, p. 16). Nesse sentido, a sociedade clânica somali parte da divisão de duas principais famílias de clãs: os *Somale*, que correspondem a cerca de 70% da população e são em sua maioria pastores nômades criadores de camelos, ovelhas e cabras; e os *Sab*, que constituem aproximadamente 20% da população na Somália e são em sua maioria agricultores do sul do país (CARDOSO, 2012, p. 16). Dessas duas famílias ainda partem seis divisões principais: Hawiye, Dir, Isaq e Darod, da linha *Somale*; Digil e Rahawayn, da linha *Sab* (CARDOSO, 2012, p. 16). Esses ainda se dividem em sub-clãs

também a importância simbólica do território como parte fundamental de sua narrativa, de sua causa, de sua identidade e de suas ações.

²⁴ O que Weber denomina como “patrimonialismo”.

(Majerteen, Marehan, Ogaden, Dubahante, Issa, Samroon/Gadabursi, Biymaal, Habr Gedir, Abgal, etc.), que por sua vez, se dividem em sub-sub-clãs (CARDOSO, 2012, p. 16).

O clã origina-se na necessidade objetiva das populações sedentárias de se unirem e buscar a cooperação mútua para se protegerem do ataque de grupos rivais. Constrói-se, assim, ao longo de processos sociais e políticos, um sentido telúrico (conexão afetiva com a terra, entendida ao mesmo tempo como provedora da subsistência e “lar” da comunidade) do território ocupado, acompanhado de um senso de defesa e proteção da sobrevivência da comunidade. No contexto da sociedade somali, entende-se que divergências e animosidades entre clãs não são suficientes para explicar a origem do conflito civil, tendo em vista que os principais grupos envolvidos no conflito pertencem à mesma família de clã (*Somale*) (CARDOSO, 2012, p. 18). Ao contrário, argumentamos que o conflito armado na Somália resulta, dentre outros fatores, da mobilização da identidade clânica por elites políticas, como forma de garantirem seus interesses políticos e econômicos (CARDOSO, 2012, p. 18). A politização da identidade clânica é entendida nos termos de Mudane (2018, p. 45), quando elites políticas a politizam ou a mobilizam no contexto da disputa por recursos e poder estatal e produz consequências negativas no processo, em suma, conflitos civis com base nos clãs.

O desenho dos atuais limites territoriais da Somália remete ao final do século XIX, período em que a eventos como a Conferência de Berlim, na “Partilha da África” e a abertura do Canal de Suez, incrementaram a atratividade daquele território. Com esse panorama, é possível entender a intensidade com que os diferentes interesses das potências colonizadoras eram disputados, de forma que, no final, eles se materializaram na fragmentação do território somali. Enquanto a Etiópia ficou com a região oeste, como a área de Ogaden, o Reino Unido empossou a estratégica região norte do país, que conferiu a posse de rotas comerciais para a Índia, além da região do Quênia. A área do atual Djibouti ficou sob domínio francês e, por último, o sul da Somália, a área mais fértil do país, foi entregue ao mando italiano que almejava o controle da parte sul do Mar Vermelho. A fertilidade dessa parcela de terra serviu de diferencial para o modelo de colonização implantado, visto que a Itália aplicou um tipo de colonização diferente da que foi praticada pelos ingleses, já que contava com o uso de trabalho forçado em agriculturas (ABUKAR, 2015, p. 19).

Essas investidas colonizadoras só aumentavam os conflitos, uma vez que os quatro invasores europeus e cristãos tentavam moldar as instituições políticas e econômicas de forma totalmente arbitrária e alheia à cultura local. Contudo, para além dos embates entre os colonizadores e os clãs, a rivalidade entre as sociedades clânicas também era incentivada por meio da política de dividir para governar, isto é, o incentivo de desavenças entre eles pelos

países colonizadores. Como, por exemplo, armar aqueles que se mostravam favoráveis à ocupação e exterminar aqueles que fossem resistentes à colonização (ABUKAR, 2015, p. 19).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os processos de descolonização da África foram fortalecidos pelo desgaste das potências colonizadoras que haviam se envolvido nesse conflito mundial. Os italianos foram expulsos do sul da Somália e, anos mais tarde, em 1960, os protetorados britânicos e italianos fundiram-se para o surgimento da República da Somália enquanto, em 1977, do protetorado francês surgiu o Djibouti. No mesmo ano da independência, o primeiro presidente da Somália foi eleito e um ano depois, em 1961, um referendo popular aprovou uma constituição. Ainda nesse período, uma importante questão que se estenderia pelos anos posteriores e, pode-se dizer, até os dias atuais, foi desencadeada. Com a independência, a cidade de Mogadíscio, ao sul da Somália, foi escolhida como capital. Essa decisão foi compreendida por alguns oficiais do exército como favorecimento àquela região. Somado a isso, o fornecimento desigual de bens sociais, econômicos e políticos nas regiões do norte e do sul, foram impulsos para os conflitos entre os clãs do norte com o governo central, como a tentativa de um golpe de separação do norte que deixou seus rastros na reivindicação da independência da Somalilândia (ABUKAR, 2015, p. 20).

ANOS INICIAIS DO CONFLITO NA SOMÁLIA E INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS

Em outubro de 1969, o maj. gen. Mohamed Siad Barre, até então comandante do Exército Somali, liderou um golpe de Estado que destituiu o governo da Liga da Juventude Somali e instituiu um governo autoritário de orientação socialista. O governo de Barre se caracterizou pela forte repressão da oposição, dissolução da Assembleia Nacional, suspensão da Constituição e estatização de muitas empresas estrangeiras. O regime de Barre ainda buscou silenciar ao máximo a influência de qualquer força anterior ao golpe, como por exemplo, a própria governança dos clãs, sistema que foi classificado como obstáculo à implantação e efetivação do Estado moderno. Tais medidas mergulharam o país numa instabilidade política cada vez mais profunda, que somada com a derrota na Guerra do Ogaden, resultou numa conjuntura de descontentamento popular e oposição armada de milícias que se levantaram contra o regime por todo o país.

Dentro desse cenário, surge o Movimento Nacional Somali (MNS), um dos primeiros grupos insurgentes a declarar guerra ao regime, formado majoritariamente por indivíduos do clã Isaaq. Além dele, foi fundado o Congresso Unido da Somália (CSU) pelos principais líderes

do clã Hawiye, o qual se tornou um dos principais grupos armados de oposição ao regime, desempenhando um papel crucial na liderança de uma reação popular que destituiu o governo de Siad Barre em janeiro de 1991. Contudo, no período que se seguiu, devido à falta de consenso quanto à política que deveria orientar o futuro da Somália, a oposição entre diferentes setores políticos e militares deu início à guerra civil no país. As diferentes elites políticas, que se beneficiaram da militarização da sociedade somali ocorrida durante o governo de Barre, mobilizaram suas identidades clânicas a fim de conquistarem poder e prestígio político. O resultado foi a divisão do país em áreas de comando e influência, deterioração da infraestrutura produtiva, e uma crise humanitária potencializada pela insegurança alimentar e pela seca (MUDANE, 2018, p. 41).

O governo central estabelecido pelo CSU passou a sofrer oposição do MNS, partido dominante no norte da Somália que negava a legitimidade desse governo. Com isso, ainda em 1991, o Movimento venceu a luta contra o Exército Nacional Somali e declarou o Estado Independente da República da Somalilândia, região do antigo protetorado britânico e que não tem sua soberania reconhecida pela comunidade internacional. Já na porção sul da Somália, com o vácuo de poder originado pela deposição do presidente Barre e consequente enfraquecimento das instituições políticas, seguiu-se um longo período de ilegalidade, lutas pelo poder, combates entre facções armadas, confrontos entre clãs e colapso das instituições, principalmente na capital do país, Mogadíscio, que se tornou o palco da disputa entre as elites político-militares. Nessa primeira fase do conflito somali, destaca-se ainda a Frente Democrática de Salvação Somali (FDSS), fundamentada no clã Majerteen, que coordenou o estabelecimento em 1998 da região autônoma de Puntland no nordeste da Somália, e o Movimento Patriótico Somali (MPS).

No registro histórico das intervenções humanitárias e operações de paz coordenadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Somália em virtude da intensificação da violência organizada e crise humanitária, têm-se as Operações das Nações Unidas na Somália I e II (UNOSOM I e UNOSOM II, respectivamente) e a Força-Tarefa Unificada (UNITAF). A UNOSOM I foi estabelecida em abril de 1992 para monitorar um cessar-fogo inicial em Mogadíscio e escoltar a entrega de insumos humanitários para centros de distribuição na cidade (DPI, 2003a). Posteriormente, o mandato da missão foi estendido para proteger comboios humanitários e centros de distribuição pela Somália (DPI, 2003^a). A UNOSOM I trabalhou em conjunto com a UNITAF no esforço de construir um ambiente seguro para a entrega de assistência humanitária (DPI, 2003a), sendo extinta em março de 1993.

Entre dezembro de 1992 e maio de 1993, foi instituída a UNITAF (de codinome “Operação Restaurar a Paz”), uma força multinacional liderada pelos Estados Unidos, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU) na Resolução 794 (1992), que operou na Somália a fim de criar um ambiente seguro para a assistência humanitária. Em março de 1993, o mandato da UNITAF foi estendido para autorizar o emprego de “todas as medidas possíveis” a fim de cumprir com seu objetivo principal, em conformidade com o Artigo 42 da Carta das Nações Unidas (1945), convertendo-se na UNOSOM II, posteriormente extinta em março de 1995 (DPI, 2003b). Destaca-se ainda a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), operação de manutenção da paz conduzida sob a aprovação do CSNU entre março de 2007 e março de 2022, a fim de, além de reforçar a segurança para a assistência humanitária, apoiar as estruturas de governo, implementar um plano nacional de segurança e treinar as forças de segurança somali.

Por meio da Resolução 2628 (2022) do CSNU, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana foi autorizado a reconfigurar a AMISOM para a Missão de Transição da União Africana na Somália (ATMIS), com efeito a partir de abril de 2022. Trata-se de uma missão multidimensional (que integra os setores militar, policial e civil) articulada em quatro fases: reconfiguração; operações conjuntas com as forças de segurança somalis para reconquistar territórios e bases militares; operações decisivas e a reconquista dos territórios e bases faltantes; e retirada e liquidação da ATMIS (ATMIS, 2022).

POLITIZAÇÃO DA IDENTIDADE CLÂNICA E WARLORDISMO NA GUERRA CIVIL SOMALI

A violência política organizada na guerra civil na Somália resulta, em parte, da identidade clânica politizada mencionada anteriormente (MUDANE, 2018, p. 41). Dentre outros fatores levantados por uma chamada visão “instrumentalista” do conflito somali, soma-se o acelerado declínio econômico vivido pelo país na década de 1980, a competição por recursos, a guerra contra a Etiópia e o legado colonial, a construção estatal e os processos de modernização (MUDANE, 2018, p. 42). As elites políticas manipularam, então, as divisões genealógicas e as rivalidades clânicas para delimitar suas áreas de controle e influência, e definir alianças e inimigos, a fim de consolidar seu poder político (MUDANE, 2018, p. 43). Esse processo se insere em um fenômeno político maior: o *warlordismo*.

O *warlordismo* parte de uma conjuntura doméstica de enfraquecimento das ideologias vigentes em uma sociedade aberta à iniciativa pessoal (HANSEN, 2003, p.88) e vácuos de

poder, definidos conceitualmente como polos alternativos de governo que derivam do declínio da autoridade centralizada (ROBERTS, 1998, p.27). Os *warlords* (senhores da guerra) são indivíduos que delimitam e disputam o controle de suas áreas de influência com outros atores, como as forças estatais ou de outros *warlords*. O *warlord* é, então, um líder personalista, cuja influência advém da captação (muitas das vezes, de maneira violenta) de recursos econômicos e sua possibilidade de financiar ações independentes, e que concentra a população sob seu controle enquanto for capaz de prover a sua segurança (HANSEN, 2003, p.88). Os *warlords* somalis normalmente gozam de uma legitimidade ideacional, uma vez que ao mesmo tempo em que mobilizam o clanismo como sua agenda, são incapazes de reter a legitimidade *de facto* que advém das estruturas da sociedade clânica (HANSEN, 2003, p.88).

No governo de Siad Barre, foi possível verificar na Somália o aumento das despesas militares, acompanhado do desenvolvimento de um *ethos* militar (CHARLTON e MAY, 1989, p.16). Foram instituídos disciplinas de treinamento militar obrigatórias em cursos escolares e de graduação, bem como para funcionários públicos. Após a eclosão da guerra civil em 1991, a situação na Somália deteriorou para um cenário de falta de coesão interna do Exército Nacional e de expansão de forças militares radicalmente descentralizadas, sendo que armamentos e o militarismo haviam sido introduzidos em diferentes setores da sociedade civil (ADAM, 1992, p. 20). A gênese do *warlordismo* na Somália se dá, então, a partir da destruição do Estado centralizado e do Exército somali por forças regionalistas²⁵, combinada com a disponibilidade de armas e a fragilidade dos novos partidos de oposição, incapazes de unificar uma visão de processos e práticas democráticas (ADAM, 1992, p. 20).

Imediatamente após o colapso da República Democrática da Somália, foi constituído o Governo Interino da Somália, liderado por Ali Mahdi Muhammad. Entre janeiro de 1991 e janeiro de 1997, Mahdi governou sob o reconhecimento de diversos Estados, em sequência à Conferência de Djibouti de 1991. Todavia, Mahdi não conseguiu exercer sua autoridade além de certas partes de Mogadíscio, tendo de disputar o poder político com os *warlords* e demais facções insurgentes. O governo de Mahdi corresponde a um dos períodos de maior violência no conflito na Somália, contabilizando, ao todo, 16.293 mortos (UCDP, 2022). Destaca-se o predomínio da violência estatal entre 1992 e 1993, seguido da intensificação da violência não-estatal no período posterior até meados de 2007, quando a violência estatal volta a ser a principal

²⁵ Aqui torna-se importante pontuar a diferença entre os termos "regionais" e "regionalistas". Entendendo o primeiro como sendo utilizado para descrever coisas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma área geográfica, e o segundo se aplicando a grupos ou perspectivas que defendem ou apoiam a importância de determinadas características regionais, envolvendo assim questões sociais, políticas, econômicas ou culturais, optou-se pelo uso dessa última conotação.

modalidade de violência organizada até os dias de hoje (UCDP, 2022). Entende-se que, a partir da crise política originada da destituição de Barre, da insurreição armada que se seguiu e da declaração de independência da Somalilândia na Conferência de Burao (1991), o governo central procurou intensificar a violência como forma de rapidamente eliminar alvos de oposição, situação que não se verificou, tendo em vista a intensificação da violência não-estatal que se seguiu.

Entre janeiro de 1997 e agosto de 2000, o cargo de presidente da Somália permaneceu vago. A situação seria revertida na Conferência Nacional de Paz da Somália, realizada entre maio e abril de 2000 na cidade de Arta, no Djibouti, na qual foi estabelecido o Governo Nacional de Transição (GNT). O GNT era militar e politicamente oposto ao Conselho de Reconciliação e Restauração da Somália, composto pelo líder do MNS, Mohamed Adid, e por um dos *warlords* de Mogadíscio, Mohamed Dheere, que posteriormente integraria a união de *warlords* conhecida como Aliança para a Restauração da Paz e Contraterrorismo, como será visto abaixo. Apesar de possuir algumas instituições e mecanismos associados à estatalidade (como os poderes executivo e judiciário, um parlamento, forças policiais e forças armadas), a legalidade *de facto* do GNT era enfraquecida pela precariedade de equipamentos burocráticos, falta de controle territorial e incapacidade de modificar a arrecadação, o que por sua vez, também precarizou o oferecimento de serviços básicos (LE SAGE, 2002, p. 133-135). Le Sage (2002, p. 137) ainda pontua que o GNT partiu de uma aliança entre empresários e oficiais do governo de Mogadíscio, quase todos de origem Hawiye, que mobilizaram suas conexões com o setor privado para controlar o fluxo comercial na capital e financiar suas milícias. Os problemas internos do GNT levaram à mudança de primeiro-ministro quatro vezes em três anos, sendo que o corpo administrativo declarou falência em 2003, encerrando o mandato do GNT. No ano seguinte, em 2004, o parlamento somali elegeu Abdullahi Yusuf Ahmed como o primeiro presidente do Governo Federal de Transição (GFT), sucessor do GNT.

Devido à falta de capacidade de tomar o controle de Mogadíscio, dividida em diferentes grupos de oposição, o GFT governou do Quênia até junho de 2005. Em fevereiro de 2006, o parlamento somali do GFT se reuniu pela primeira vez em um depósito de grãos remodelado na cidade de Baidoa, e em junho de 2007, o governo do GFT organizou uma conferência de reconciliação na qual foram convidados líderes de diferentes facções, inclusive islamistas moderados, mas que escolheram boicotar a conferência, considerada amplamente como uma fraude. Apesar da Constituição do GFT tentar atribuir uma representação justa para os clãs da Somália, sendo que os quatro principais clãs (Darood, Hawiye, Dir e Digil-Merife) receberam 61 cadeiras no parlamento, enquanto aos demais clãs foram atribuídas 31 cadeiras (HANSON

e KAPLAN, 2008), corrupções internas no processo minimizaram a solidificação dos acordos. A política de conciliação clânica do GFT não foi suficiente para satisfazer as reivindicações das diferentes unidades clânicas, sendo que a própria estrutura interna do governo se dividia em três vertentes principais: o presidente; o primeiro-ministro; e os comandantes das Forças Armadas (HANSON e KAPLAN, 2008).

Durante o governo do GFT, a guerra na Somália entrou em uma nova fase, a partir da expansão da União das Cortes Islâmicas (UCI). A UCI se originou de uma vaga associação entre as cortes islâmicas da Somália, que providenciaram segurança e administração da criminalidade após a queda de Siad Barre, e por volta de 2000 se unificaram enquanto UCI (MAPPING MILITANTS, 2019a). Posteriormente, a organização evoluiu de um sistema judiciário para um aparato governamental, eventualmente integrando o fornecimento de serviços básicos e a implementação da *sharia*, forma de legislação islâmica, nos territórios sob seu controle (MAPPING MILITANTS, 2019a). O UCI manteve suas estruturas paramilitares, como o grupo que posteriormente viria a ser o Al Shabaab, e chegou a conquistar Mogadíscio e grande parte da Somália em 2006, até ser derrotado em dezembro do mesmo ano por uma coalizão do GFT e da Etiópia que culminou na extinção do grupo (MAPPING MILITANTS, 2019a).

Todavia, um grupo de desertores da UCI ligado ideologicamente à organização extremista islâmica global Al Qaeda constituiu o Al Shabaab (“A Juventude”, em árabe), uma das maiores organizações paramilitares em luta contra o governo Somali e a presença militar estrangeira (MAPPING MILITANTS, 2019b). O grupo procura controlar territórios na Somália para impor o domínio da *sharia*, e conduz ataques em países vizinhos, principalmente o Quênia (MAPPING MILITANTS, 2019b). A presença da UCI e do Al Shabaab configura uma inflexão no padrão da violência organizada no conflito somali na medida em que, enquanto a violência política na guerra civil se define principalmente pela articulação da politização da identidade clânica com disputas por prestígio político de líderes personalistas (como foi descrito anteriormente), os grupos fundamentalistas a empregam a fim de impor o domínio da lei islâmica e construir uma sociedade fundamentalmente islâmica na Somália²⁶.

²⁶ Em uma palestra no *Chatham House*, uma *think tank* inglesa sobre política internacional, em 25 abril de 2007, o estudioso e escritor somali Said S. Samatar, ex-professor da Universidade Rutgers (EUA), afirmou que os padrões de organização da sociedade somali, já discutidos neste trabalho, impedem a possibilidade de crescimento em larga escala de um movimento jihadista. Xan (2009) complementa que muitos dos elementos ideológicos e práticas do Al Shabaab (como o banimento do narcotráfico de folha de qat em Kismayo e o apedrejamento até a morte de uma mulher supostamente adúltera) são completamente indiferentes e até mesmo incompatíveis com o estilo de vida da população somali.

Em resposta à ameaça apresentada pela UCI ao comando dos *warlords* sobre suas áreas de influência, foi formada a Aliança para a Restauração da Paz e Contraterrorismo (ARPCT), uma união de *warlords* somalis, incluindo alguns então ministros do GFT, para combater a crescente influência da UCI. Na Batalha de Mogadishu, entre fevereiro e junho de 2006, as forças da ARPCT e da UCI se enfrentaram pela capital da Somália, com o resultado da vitória da UCI e a consolidação do grupo. Os Estados Unidos chegaram a direcionar mais de US\$ 100.000 para a ARPCT enfrentar a UCI, sob a justificativa de prevenir a emergência de comandantes que possam proporcionar ou permitir à Al Qaeda desenvolver suas operações, situação parecida com a do Afeganistão sob o governo dos Talibãs no início dos anos 2000 (MORGAN, 2006). Os norte-americanos já haviam intervindo na Somália em 1993, no contexto do conflito com guerrilhas de apoio ao *warlord* Mohamed Farrah Aidid, após terem entrado no país no conjunto de uma operação de assistência humanitária (MORGAN, 2006). Em entrevistas, oficiais estadunidenses negaram qualquer envolvimento com os *warlords*, e afirmaram que apenas estavam apoiando a luta contra o terrorismo e o então recém-formado governo de transição, em dificuldade de afirmar seu controle (LACEY, 2006). O então presidente do GFT, Abdullahi Yusuf Ahmed, afirmou que os esforços estadunidenses de contraterrorismo funcionariam melhor se fossem canalizados pelo governo legítimo da Somália, e não por interesses individuais dos *warlords* (LACEY, 2006).

Em 2006, sob o apelo do GFT e o apoio tácito dos Estados Unidos, a Etiópia promoveu uma operação militar na Somália com o objetivo de enfraquecer a UCI e restaurar o comando dos seus antigos territórios ao GFT. A operação foi bem-sucedida em seus resultados, sendo que seis meses após a tomada de Mogadíscio pela UCI, a maior parte dos combatentes jihadistas havia fugido, sido capturada ou executada. Em uma transmissão televisionada, o então primeiro-ministro da Etiópia, Meles Zenawi, afirmou que as forças de defesa da Etiópia não tiveram outra escolha a não ser entrar na guerra para proteger a soberania da nação somali (GETTLEMAN, 2006). Dois anos depois da invasão, e após ter enfrentado forte resistência da população somali à sua ocupação, em 2009, a Etiópia se retirou da Somália, afirmando ter neutralizado a “ameaça do comando islamista”, apesar de a maior parte do país permanecer nas mãos de insurgentes (RICE, 2009). Além disso, o Al Shabaab ainda é ativo no país, operando principalmente na porção sul da Somália, mas também em áreas controladas pelas forças governamentais (CENTANNI e DJUKIC, 2021).

Após o final do mandato do GFT em agosto de 2012, teve início o Governo Federal da Somália (GFS), o primeiro governo central permanente do país desde o início do conflito armado. A mudança constitucional que instituiu o GFS instituiu também um sistema federalista

que dividiu o país em seis estados regionais: Galmudug; Hirshabelle; Estado do Sudoeste; Jubbaland; Puntland; e Somaliland. O conceito de estado regional se refere às unidades subnacionais às quais foi garantida a autonomia pelo governo central (UNESCO, 2022). No caso da Somália, o modelo foi adotado em uma tentativa de resolver a disparidade da representação clânica no governo e a divisão desigual de recursos (OWP, 2021). Atualmente, o relacionamento do GFS com as unidades administrativas se encontra deteriorado, com dois de cinco estados se recusando a cooperar diretamente com o GFS, e mesmo outros suspendendo suas relações com o governo central por meses (OWP, 2021).

Atualmente, o cargo de Presidência é ocupado por Hassan Sheikh Mohamud, de origem Hawiye, membro do Partido de União para Paz e Desenvolvimento, de orientação centro-direitista e fundamentado nas ideologias do conservadorismo, da democracia islâmica e do nacionalismo. O mapa da Somália, em dezembro de 2021, permanecia dividido entre extensas áreas de controle local e indefinido, bem como áreas sob controle do Al Shabaab; os governos autônomo-separatista e unionista, respectivamente, de Somaliland e Puntland, e uma presença esparsa do Governo Federal da Somália (CENTANNI e DJUKIC, 2021). As forças de segurança, geralmente apoiadas por milícias governamentais locais, avançaram nos últimos meses de 2022 sobre regiões controladas pelo Al Shabaab, principalmente em Hiraan, Galgaduud e Bay, na porção sul do país (OCHA, 2022). Dados das Nações Unidas apontam uma intensificação da violência organizada em 2022, sendo que em novembro desse ano haviam sido registradas pelo menos 613 mortes de civis e 948 feridos, o maior número desde 2017 e um aumento de 30% em relação ao ano anterior (OHCHR, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O padrão discutido de violência organizada no conflito civil da Somália se caracteriza, em partes, pela politização das identidades e estrutura da sociedade clânica somali por elites político-militares, que dispunham de recursos econômicos para financiar suas ações independentes. Essas elites são constituídas por líderes personalistas, geralmente de origem militar, que se apropriam de uma legitimidade ideacional advinda da organização social da sociedade clânica somali (ao mesmo tempo em que carecem da legitimidade *de facto* que parte dessas estruturas), e a mobilizam a fim de expandirem seu poder e prestígio político. Ao longo do conflito, os movimentos e organizações políticas e paramilitares somalis apresentaram uma explícita afiliação a determinada família de clã, sendo exceção os grupos extremistas islâmicos, como o Al Shabaab. As disputas entre diferentes setores dessas elites assumem a configuração do *warlordismo* e produz no processo um conjunto de formas descentralizadas de lealdade e

comando e, ao mesmo tempo em que, ao adicionar a progressiva militarização dessa sociedade e o forte interesse econômico, tais disputas são amplificadas por parte da organização e das características constituintes da sociedade clânica somali. Assim, entende-se que a identidade clânica somali, e o conjunto de práticas e relações sociais que a configuram, não são suficientes para explicar a eclosão do conflito armado na Somália, sendo necessário remontar à politização desta identidade pelos *warlords* e o padrão de violência verificado.

Com base nessa discussão, surgem alguns pontos passíveis de discussão, como por exemplo, a resistência e a sobrevivência de heranças da governança clânica mesmo após intervenções externas e governos interinos que tentaram sufocá-la. Dentro disso, também é possível analisar o impacto do orientalismo nessa tentativa de supressão do sistema clânico, assim como no *warlordismo*. Por fim, é importante sempre questionar a razão pela qual conflitos como esse não ganham tamanha repercussão, atenção e comoção mundial como recebem aqueles que ocorrem em países do continente europeu.

REFERÊNCIAS

ABUKAR, A. Somalia: A Brief Country Report. **European Parliamentarians with Africa**, p. 1-44, set. 2015. Disponível em: <<https://www.epd.eu/wp-content/uploads/Somalia-Brief-Country-Report.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

ACCORD. Remembering the Ogaden War 15 Years Later: Four and a Half Lessons Towards a Peaceful Future. **Accord**, 2022. Disponível em: <https://www.accord.org.za/publication/remembering-the-ogaden-war-45-years-later>. Acesso em nov. de 2022.

ADAM, Hussein M. Somalia: Militarism, Warlordism or Democracy? **Review of African Political Economy**, 1992, n. 54, p. 11-26.

ATMIS. The Transition Process. **ATMIS**, 2022. Disponível em: <https://atmis-au.org/the-transition-process/>. Acesso em nov. de 2022.

CARDOSO, Nilton C. F. **Conflito Armado na Somália**: Análise das causas da desintegração do país após 1991. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais), Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 95. 2012.

CARTA das Nações Unidas. 26 jun. 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em nov. de 2022.

CENTANNI, Evan; DJUKIC, Djordje. Somalia Control Map & Timeline. **Political Geography Now**, 2021. Disponível em: <https://www.polgeonow.com/2021/12/who-controls-somalia-crisis-timeline.html>. Acesso em nov. de 2022.

CHARLTON, Roger; MAY, Roy. Warlords and militarism in Chad. **Review of African Political Economy**, 1989 v. 16, p. 12-25.

DPI. United Nations Operation in Somalia I. **Peacekeeping UN**, 2003a. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unosomi.htm>. Acesso em nov. de 2022.

DPI. United Nations Operation in Somalia II. **Peacekeeping UN**, 2003b. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unosom2.htm>. Acesso em nov. de 2022.

GETTLEMAN, Jeffrey. Ethiopia Hits Somali Targets, Declaring War. **The New York Times**, 2006. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2006/12/25/world/africa/25somalia.html>. Acesso em nov. de 2022.

HANSEN, Stig J. Warlords, Patrimonialism and Ethnicity. **Peace Research**, 2003, v. 35, n. 2, p.75-92.

HANSON, Stephanie; KAPLAN, Eben. Somalia's Transitional Government. **Council on Foreign Relations**, 2008. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounders/somalia-transitional-government>. Acesso em nov. de 2022.

LACEY, Marc. Alliance of Somali Warlords Battles Islamists in Capital. **The New York Times**, 2006. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2006/05/13/world/africa/13somalia.html>. Acesso em nov. de 2022.

LE SAGE, Andre. Somalia: Sovereign Disguise for a Mogadishu Mafia. **Review of African Political Economy**, v. 29, n. 91, p. 132-138, 2002.

MAPPING MILITANTS. Islamic Courts Union. **Stanford University**, 2019a. Disponível em: <https://cisac.fsi.stanford.edu/mappingmilitants/profiles/islamic-courts-union>. Acesso em nov. de 2022.

MAPPING MILITANTS. Al Shabaab. **Stanford University**, 2019b. Disponível em: <https://cisac.fsi.stanford.edu/mappingmilitants/profiles/al-shabaab>. Acesso em nov. de 2022.

MITCHELL, PHMC Terry. Aus wheat in Somalia. **Wikimedia Commons**, 2011. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Aus_wheat_in_Somalia.jpg. Acesso em nov. de 2022.

MORGAN, David. US funding Somali warlords - intelligence experts say. **Relief Web**, 2006. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/somalia/us-funding-somali-warlords-intelligence-experts-say>. Acesso em nov. de 2022.

MUDANE, Hassan. The Somali Civil War: Root cause, and contributing variables. **International Journal for Social Studies**, 2018, v. 4, n. 5, p. 41-52.

OCHA. Regional Overview: Africa (10 - 16 September 2022). **Relief Web**, 2022. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/somalia/regional-overview-africa-10-16-september-2022>. Acesso em nov. de 2022.

OHCHR. Somalia: Türk decries steep rise in civilian casualties amid surge in Al-Shabaab attacks. **Office of the High Commissioner for Human Rights**, 2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/11/somalia-turk-decries-steep-rise-civilian-casualties-amid-surge-al-shabaab>. Acesso em nov. de 2022.

OWP. Somali Civil War. **The Organization for World Peace**, 2021. Disponível em: https://theowp.org/crisis_index/somali-civil-war/. Acesso em nov. de 2022.

PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

RICE, Xan. Ethiopia ends Somalia occupation. **The Guardian**, 2009. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2009/jan/26/ethiopia-ends-somalia-occupation>. Acesso em nov. de 2022.

ROBERTS, J. A. G. Warlordism in China. **Review of African Political Economy**, 1989 v. 16, p. 26-33.

SAMATAR, Siad S. The Islamic Courts and Ethiopia's Intervention in Somalia: Redemption or Adventurism? **Chatham House**, 2007. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/250407samatar.pdf>. Acesso em nov. de 2022.

UNESCO. **Regional/state/provincial level**. UNESCO, 2022. Disponível em: <https://uis.unesco.org/node/3080263>. Acesso em nov. de 2022.

UCDP. Somalia. **Uppsala Conflict Data Monitor**, 2022. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/country/520>. Acesso em nov. de 2022.

O FIM DAS *MARAS*? EL SALVADOR E O ESTADO DE EXCEÇÃO DE NAYIB BUKELE

Maria Aparecida Felix Mercadante²⁷

Eduarda Pereira Pires Barboza²⁸



Fonte: Presidencia El Salvador (2023).

Oficialmente chamado de República de El Salvador, o pequeno país de 21.040 km², localizado na América Central, entre o Oceano Pacífico, o Golfo de Fonseca, Honduras e Guatemala, enfrenta um grave problema de violência urbana. A violência – que tem origem não apenas no confronto entre organizações criminosas, conhecidas gangues ou *pandillas*, em espanhol, mas ainda na atuação estatal contra as coletividades –, foi responsável por manter o país entre os que possuem as mais altas taxas de homicídios do mundo: 37,16 a cada 100.000 habitantes em 2019 (DELCID *et al.*, 2022). O alargamento da violência fez o governo do presidente Nayib Bukele instaurar políticas controversas no combate ao crime organizado, como a promulgação de um estado de exceção como resultado de uma verdadeira “guerra às gangues”.

²⁷ Mestre em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). E-mail: maria.mercadante@unesp.br

²⁸ Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- UNESP. E-mail: eduarda.barboza@unesp.br

Ao olhar para a violência em território salvadorenho, a pesquisadora Melissa Salgado (2012) explora a sua relação com o processo de desenvolvimento produtivo desde o final do século XIX e início do século XX. O impulso para a violência na sociedade salvadorenha teria raízes na implementação do modo de produção capitalista como sistema organizacional dominante, visto que este é responsável pelo problema estrutural de desigualdade social. Processos políticos históricos como golpes de Estado, ditadura militar e uma guerra civil institucionalizaram a violência como mecanismo de resolução de conflitos; embora seja no período de ‘paz’ democrática – após a assinatura de Acordos de Paz entre a Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional (FMLN) em 1992 – em que se têm os maiores níveis de violência de El Salvador (SALGADO, 2012).

Os altos índices de homicídio do país, embora menores do que nos anos noventa, quando foram observados mais de 140 homicídios por cada 100.000 habitantes (HERNÁNDEZ BRINGAS, 2021), estão relacionados com a formação de gangues, ou *pandillas*, que em El Salvador são denominadas “maras”. O termo é uma contração de “marabuntas”, formigas carnívoras da espécie *cheliomyrmex andicola* que atuam em bando (ROSA, 2020; NATERAS DOMÍNGUEZ, 2010).

O problema da violência crônica no país centro-americano fez com que, ainda na década de 1980, um grande número de imigrantes salvadorenhos se instalassem em Los Angeles para fugir da Guerra Civil de El Salvador (1980-1992). Tais imigrantes se instalaram em áreas de periferia que já eram dominadas por gangues locais pré-existentes, estas também com recortes étnicos, as quais não receberam de forma positiva o número de novos moradores, passando a persegui-los e tratá-los com violência. Dessa hostilidade veio a necessidade de uma união dos recém-chegados, assim surge a Barrio Dieciocho (M18) e sua rival, a Mara Salvatrucha (MS) ou (MS13), o treze refere-se a posição da letra M no alfabeto (ROSA, 2020; INSIGHT CRIME, 2021). Para Alfredo Nateras Domínguez (2010), a origem dos *maras* está relacionada “a uma resposta de sobrevivência cultural, diante da exclusão social, da urgência de construção identitária na resistência e no pertencimento grupal” (NATERAS DOMÍNGUEZ, 2010, p. 89).

Em 1996, o recente desenvolvimento da democracia salvadorenha foi impactado pela política estadunidense de deportação de criminosos condenados aos seus países de origem. Embora o fenômeno *pandillero* já existisse de forma embrionária e descentralizada em El Salvador, a chegada dos integrantes da M18 e MS13 no país transformou as formações *pandilleras* em termos de organização, complexificação e violência. (HERNÁNDEZ-ANZORA, 2016). As relações entre os *maras* são marcadas pelo conflito como elemento agregador, a violência contra um *mara* rival e/ou inimigos institucionais opera como um fator

de coesão e solidariedade interna entre os membros do grupo. Ademais, os integrantes demarcam seu pertencimento ao agrupamento por meio de performances violentas e com uma estética específica que envolve tatuagens, vestimentas, códigos de conduta e rituais de incorporação ao grupo (ROSA, 2020).

Os *maras* desafiam o exercício do monopólio legítimo da violência por parte do Estado salvadorenho e, nas comunidades sob sua proteção, exercem um controle territorial e social baseado na violência, impondo normas de conduta próprias que, se desrespeitadas, são casos de vida ou morte. Práticas que envolvem toques de recolher e cobrança de impostos via extorsão que sustentam financeiramente a atuação do grupo: “a defesa do bairro, um dos pilares da identidade das *pandillas*, aos poucos foi adquirindo um duplo perfil: defender o território das agressões de *pandillas* adversárias e preservá-lo como abrigo e provedor dos benefícios obtidos com a extorsão” (MURCIA, 2015 *apud* HERNÁNDEZ-ANZORA, 2016).

As extorsões praticadas pelas *pandillas* também têm impacto em outro dado que explicita a violência em território salvadorenho: o número de deslocamentos internos. De acordo com estudo realizado pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública em 2018, entre 2006 e 2016 houve aproximadamente 71.500 pessoas deslocadas internamente em El Salvador (ACNUR, 2019).

Nos anos 2000, as *maras* já eram tratados como um dos principais problemas do país, as políticas estatais de combate às atuações das organizações alternavam entre “*manoduristas*”, com o encarceramento em massa e a realocação de líderes *pandilleros* em prisões de segurança máxima, e políticas negociadas, como “a trégua”, em que um acordo entre governo e *pandilleros* resultava na realocação dos líderes em penitenciárias de menor segurança. O fenômeno das *maras*, portanto, flui em quatro direções: conflito direto entre *maras* rivais; a violência *pandillera* exercida sobre as comunidades em que estes grupos atuam; a violência estatal no combate às coletividades e a respostas destas ao Estado salvadorenho (HERNÁNDEZ-ANZORA, 2016).

A eleição do presidente Nayib Bukele em 2019 agravou o conflito entre Estado e as organizações *pandilleras*. O político, ex-prefeito da capital São Salvador, alcançou um feito histórico não apenas por ser o presidente eleito mais jovem do país, como também por ser o responsável por superar a hegemonia dos partidos Frente Farabundo Martí, de Libertação Nacional (FMLN) – partido à esquerda e herança da guerrilha dos anos 80 – e o partido de ultradireita Aliança Republicana (ARENA) que governaram entre 1989 e 2019 (RENTERÍA; TORRES, 2019). As eleições legislativas confirmaram o favoritismo de Bukele com a maioria dos deputados sendo do seu partido Novas Ideias, uma vitória sem precedentes, obtendo 65%

dos votos, o que permitiu que o presidente governe sem precisar realizar articulações com a oposição. Essa dinâmica permitiu que Bukele instituisse políticas autoritárias e antidemocráticas, como a sua decisão de mudar a Suprema Corte Constitucional meses depois, ainda em 2021, destituindo todos os integrantes da Câmara Constitucional do Supremo Tribunal de Justiça e o procurador-geral, nomeando novos juízes sem cumprir os ritos e procedimentos legais. Essas modificações garantiram a Bukele o controle dos três poderes do Estado (VIANA, 2022; GARCÍA, 2021).

No que se refere à atuação do presidente Bukele no combate às *pandillas*, as políticas empregadas foram aos poucos se tornando uma “caça” aos *pandilleros*. Em um primeiro momento, o presidente teria negociado com as duas organizações um pacto para redução das taxas de homicídio em El Salvador como uma estratégia para afirmar o sucesso de seu plano de segurança e o partido governista ganhar as eleições legislativas em 2021. Entretanto, o pacto teria sido quebrado pela MS13 após o assassinato de oitenta e sete pessoas em um único final de semana, entre os dias 25 e 27 de março de 2022 (VIANA, 2022; KINOSIAN, 2021).

O dia 26 de março de 2022 ficou marcado como o dia mais violento registrado na história de El Salvador no século XXI, com sessenta e dois homicídios. Os assassinatos ocorreram em quarenta e três cidades espalhadas por doze dos catorze departamentos do país. Jornalistas do *El Faro* resgataram informações policiais e testemunhais dos acontecimentos e afirmam que, de acordo com o relatório policial, somente treze das sessenta e duas vítimas pertenciam às gangues (RAUDA *et al.*, 2022). As alegações de que os homicídios ocorreram por quebra do pacto acordado entre governo e gangues é amplamente divulgada na mídia salvadorenha, gravações entre o representante do governo e *pandilleros* também fazem parte das provas de tal pacto (MARÍNEZ, 2022). Em entrevista, um dos líderes da MS13 que estaria fora de El Salvador declarou:

(O acordo foi rompido) porque eles (o governo) fizeram coisas que não tinham que fazer, por isso essas 80 mortes aconteceram naquelas datas. Deixa-me explicar. Descumpriram, fizeram capturas que não tinham que fazer, onde diziam 'chega a tal lugar, vamos conversar' e ao invés de falar, capturaram" (MARÍNEZ, 2022, tradução nossa).

A relação entre o Bukele e as *pandillas* chegou ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos. O governo salvadorenho é investigado e acusado não apenas de proteger membros das gangues de suas possíveis extradições aos Estados Unidos, mas por libertar um dos líderes da MS13, Élmer Canales Rivera, conhecido como "Crook" (SANZ; MARTÍNEZ, 2023). Em El Salvador, as mortes de março de 2022 serviram de justificativa para que o presidente Nayib Bukele decretasse estado de emergência e enviasse à Assembleia Legislativa o pedido para a

instauração de um regime de exceção pelo período de um mês no país, e também declarasse em sua conta no twitter “Solicito a @AsambleaSV decretar hoje mesmo REGIME DE EXCEÇÃO, de acordo com o artigo 29 da Constituição da República” (BUKELE, 2022a, tradução nossa). Aprovado ainda no dia 27 de março, o regime suspendeu direitos constitucionais, como a autorização de prisões sem a necessidade de ordem judicial ou acusação formal no regime de urgência (VIANA, 2022).

Os “êxitos” da política de segurança implementada foram sendo divulgados por Bukele em suas redes sociais – dois dias depois do decreto, 600 pessoas já tinham sido capturadas (BUKELE, 2022b). As medidas de encarceramento em massa, a construção de uma prisão de segurança máxima (*Centro de Confinamiento del Terrorismo*) para cerca de 40.000 pessoas, a prorrogação da detenção provisória para 15 dias sem direito à defesa, e as denúncias de detenções de pessoas não envolvidas com as *pandillas* e sem antecedentes criminais geraram questionamentos de sistemáticas violações de Direitos Humanos. Bukele se manifestou sobre o assunto no Twitter, mandando um recado para a comunidade internacional: “se [...] está preocupada por seus anjinhos, venham e tragam a eles comida, porque eu não cortarei o orçamento das escolas para alimentar esses terroristas. Vamos racionar a mesma comida que é dada agora e desta comerão os novos também” (BUKELE, 2022c).

O regime de exceção de Bukele tem sido prorrogado desde então e completou um ano em março de 2023, apesar das inúmeras denúncias de violações de Direitos Humanos realizadas por organizações internacionais e jornalistas salvadorenhos. Neste período, segundo a Anistia Internacional, foram detidas mais de 66 mil pessoas, sendo a maioria das prisões arbitrárias; os presos são submetidos a maus tratos, torturas e violações processuais. Além das prisões, há denúncias de desaparecimentos e a morte de 132 pessoas que estavam sob custódia do Estado salvadorenho (AMNISTÍA INTERNACIONAL, 2023). O jornalista Carlos Dada afirma que já são 12 jornalistas salvadorenhos exilados por conta das políticas de silenciamento do governo, denuncia também o uso de programas de espionagem como o *software* espião Pegasus, mas reflete que entre as milhares de pessoas presas, há sim vários membros de gangues e, por isso, a população salvadorenha aplaude as medidas de Bukele (VIANA, 2022).

Com a centralização do poder e das instituições na figura de Bukele, os dados oficiais de mortes e detenções divulgados pelo governo são questionados, não há formas de verificação do número oficial de detenções e/ou dos homicídios: “e a única fonte oficial dos dados são *tweets* de funcionários públicos” (MARTÍNEZ; LEMOS; MARTÍNEZ, 2023). Para exemplificar a disparidade entre os dados disponíveis, o governo salvadorenho reportou 495 homicídios no ano de 2022, enquanto o *Observatorio Universitario de Derechos Humanos*

(OUDH) de la Universidad Centroamericana (UCA) de El Salvador afirma que o número poderia chegar a 659 (LATINOAMERICA PIENSA, 2023).

Apesar de todas as denúncias de violações de direitos humanos, pesquisas mostram que o regime de exceção goza de cerca de 80% de aprovação (MARTÍNEZ; LEMOS; MARTÍNEZ, 2023). Sem sinais de que o governo vá abandonar suas políticas autoritaristas, a estratégia para o mandatário manter-se no poder sob véus de legalidade foi realizada quando a Câmara Constitucional da Suprema Corte de Justiça modificou os critérios de reeleição previstos na Constituição, possibilitando que ele concorra às eleições de 2024, desde que renuncie 6 meses antes do fim do mandato. Até então, era necessário esperar um prazo de 10 anos para uma nova candidatura (CASI 70%..., 2023; MIRANDA, 2021).

Uma investigação realizada pelo El Faro, em fevereiro de 2023, aponta que a política de exceção de Bukele conseguiu modificar a atuação das *pandillas* em território salvadorenho: “A conclusão é contundente: as *pandillas* já não existem da mesma maneira em El Salvador” (MARTÍNEZ; LEMOS; MARTÍNEZ, 2023, tradução nossa). Foram visitados 14 territórios que viviam sob controle *pandillero* em diferentes regiões do país e também entrevistados um líder *pandillero*, empresários que costumavam pagar extorsões, policiais, políticos da oposição e, ainda assim, lamentam que os custos foram altos para a população. Outro editorial reafirma que os salvadorenhos renunciaram à presunção de inocência, à legítima defesa, a um julgamento justo, ao Estado de direito e à Constituição, à transparência governamental e instituições capazes de equilibrar o Executivo: “*sem maras y sem democracia*” (EL FARO, 2023).

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Fact Sheet**: El Salvador, mayo 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/5cf979cc4.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2023

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **El Salvador: A un año del régimen de excepción, las autoridades cometen violaciones de derechos humanos de forma sistemática**. 03 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.es.amnesty.org/en-que-estamos/noticias/noticia/articulo/el-salvador-a-un-ano-del-regimen-de-excepcion-las-autoridades-cometen-violaciones-derechos-humanos-de-forma-sistemática/#:~:text=El%20r%C3%A9gimen%20de%20excepci%C3%B3n%20se,ciertos%20beneficios%20para%20sus%20l%C3%ADderes>. Acesso em: 19 abr. 2023

BUKELE, Nayib. **Casi 600 capturas en solo DOS días... Y el RÉGIMEN DE EXCEPCIÓN dura 30 días, prorrogables! Y no crean que saldrán libres**. El Salvador, 27 mar. 2022. Twitter: @naybbukele. [2022b]. Disponível em: <https://twitter.com/naybbukele/status/1508270604872523779>.

BUKELE, Nayib. **Solicito a la @AsambleaSV decretar hoy mismo REGIMEN DE EXCEPCION, de acuerdo al artículo 29 de la Constitución de la República.** El Salvador, 26 mar. 2022. Twitter: @naybbukele. [2022a]. Disponível em: <https://twitter.com/nayibbukele/status/1507901269138194433>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BUKELE, Nayib. **Y si la “comunidad internacional” está preocupada por sus angelitos, vengan y tráiganles comida, porque yo no le quitaré presupuesto a las escuelas para darle de comer a estos terroristas....** El Salvador, 28 mar. Twitter: @naybbukele. 2022, [2022c]. Disponível em: <https://twitter.com/nayibbukele/status/1508278475026845696>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CASI 70 % de salvadoreños apoya reelección de Nayib Bukele. **DW**, América Latina, 15 mar. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/es/casi-70-de-salvadore%C3%B1os-apoya-reelecci%C3%B3n-de-nayib-bukele/a-64989552>. Acesso em: 20 abr. 2023.

DELCID, Merlin; SANDOVAL, Elvin Sandoval; COLLINSON, Stephen Collinson; HOWARD, Jacqueline. ¿Qué países tienen las tasas de homicidios más altas del mundo? El Salvador, entre los que encabezan la lista. **CNN Español**, 18 mayo 2022. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2022/05/18/paises-tasas-homicidios-altas-mundo-salvador-encabezan-la-lista-orix/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

DUDLEY, Steven. El pacto informal del presidente de El Salvador con las pandillas. **Insight Crime**, 2 out. 2022. Disponível em: <https://es.insightcrime.org/noticias/analisis/pacto-presidente-el-salvador-pandillas/>. Acesso em: 28 out. 2022.

EL FARO. Sin maras y sin democracia. **El Faro**, 3 feb. 2023. Disponível em: <https://elfaro.net/es/202302/columnas/26696/Sin-maras-y-sin-democracia.htm>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GARCÍA, Jacobo. Nayib Bukele consolida seu poder com uma vitória sem precedentes na eleição legislativa de El Salvador, **El País**, Internacional, San Salvador, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-03-01/nayib-bukele-consolida-seu-poder-com-uma-vitoria-sem-precedentes-na-eleicao-legislativa-de-el-salvador.html>. Acesso em: 19 abr. 2023.

GRASSETTI, Julieta. El discurso político de Nayib Bukele en Twitter. **Cuad. Cent. Estud. Diseñ. Comun., Ensayos** [online]. 2022, n.112, pp.245-269.

HERNÁNDEZ BRINGAS, Héctor Hiram. Homicidios en América Latina y el Caribe: magnitud y factores asociados. **Notas de Población**, n.113, julio-diciembre de 2021.

HERNÁNDEZ-ANZORA, Marlon. Las maras y la nueva guerra salvadoreña. **Nueva Sociedad**, n.263, mayo-jun., 2016. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/las-maras-y-la-nueva-guerra-salvadorena/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

INSIGHT CRIME. **El Salvador**: Mara Salvatrucha (MS13). 22 sept. 2021. Disponível em: <https://es.insightcrime.org/noticias-crimen-organizado-el-salvador/mara-salvatrucha-ms-13-perfil/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

KINOSIAN, Sarah. Governo de El Salvador sufocou investigação sobre pacto com gangues, diz ex-procurador. **Folha de São Paulo**, 29 dez. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/12/governo-de-el-salvador-sufocou-investigacao-sobre-pacto-com-gangues-diz-ex-procurador.shtml>. Acesso em: 28 out. 2022.

LATIOAMERICA PIENSA, Denuncian "graves retrocesos" en derechos humanos en El Salvador, **Página12**, El Salvador estado de excepción, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/541902-denuncian-graves-retrocesos-en-derechos-humanos-en-el-salvad>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MARTÍNEZ, Carlos. Collapsed Government Talks with MS-13 Sparked Record Homicides in El Salvador, Audios Reveal, **El Faro**, may 17, 2022. Disponível em: https://elfaro.net/en/202205/el_salvador/26177/Collapsed-Government-Talks-with-MS-13-Sparked-Record-Homicides-in-El-Salvador-Audios-Reveal.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

MARTÍNEZ, Carlos; LEMOS, Éfren; MARTÍNEZ, Oscar .Régimen de Bukele desarticula a las pandillas en El Salvador. **El Faro**, 3 feb. 2023. Disponível em: https://elfaro.net/es/202302/el_salvador/26691/R%2525C3%2525A9gimen-de-Bukele-desarticula-a-las-pandillas-en-El-Salvador.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

MIRANDA, Wilfredo. Câmara Constitucional de Bukele aprova reeleição presidencial em El Salvador, **El País**, Internacional, 04 set.. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-04/camara-constitucional-de-bukele-aprova-reeleicao-presidencial-em-el-salvador.html> .Acesso em: 28 out. 2022.

NATERAS DOMÍNGUEZ, Alfredo. Etnografías de violencia y muerte: la Mara Salvatrucha y el Barrio 18 Iztapalapa. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, n. 69, julio-diciembre, 2010.

PRESIDENCIA EL SALVADOR. Llegada de pandilleros presos al nuevo penal en Tecoluca el 24 de febrero. 1 imagem. [2023]. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2023-02-28/nayib-bukele-exhibe-a-miles-de-pandilleros-en-un-traslado-espectacular-a-su-enorme-carcel-contra-el-terrorismo.html>. Acesso em: 20 abr. 2023.

RAUDA, Nelson; ALVARADO; Jimmy; CÁRCERES, Gabriela; REYES, Daniel; MARTÍNEZ, Óscar. Las víctimas del día más violento del siglo, **El Faro**, domingo, 3 de abril de 2022. Disponível em: https://elfaro.net/es/202204/el_salvador/26107/Las-v%C3%ADctimas-del-d%C3%ADa-m%C3%A1s-violento-del-siglo.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

RENTERIA, Nelson; TORRES, Noe. PERFIL-Nayib Bukele, el joven que terminó con el bipartidismo en El Salvador. **Reuters**, Noticias Nacionales, Feb. 4, 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/elecciones-elsalvador-perfil-idLTAKCN1PT1H7>. Acesso em: 02 abr. 2023.

ROSA, Fatima Sabrina. Los homies ilustrados: as maras centro-americanas desde uma perspectiva pós-colonial. **44º Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17: Estudos Culturais: representações, mídias e artes. 2020. Disponível em: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6I nBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzZPIjtzOjQ6IjQ3NDEiO30iO3M6>

MToiaCI7czozMjoiYzdhYjE3OGUwYzY3NWM3Zjk4NzNIYjJhOGI2ZDI0MzUiO30%3D.
Acesso em: 02 abr. 2023.

SALGADO, Melissa. Factores clave para entender la violencia en El Salvador. In: VARGAS VELÁSQUEZ, Alejo (Coord.). **El prisma de las seguridades en América Latina: Escenarios regionales y locales**. Buenos Aires: CLACSO, 2012. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20120412115538/prisma-3.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2023.

SANZ, José Luis; MARTÍNEZ, Carlos. La protección del Gobierno de Bukele a la cúpula de la MS-13, en la mira de la justicia estadounidense, **El Faro**, 28 de febrero de 2023. Disponível em: https://elfaro.net/es/202302/el_salvador/26738/La-protecci%C3%B3n-del-Gobierno-de-Bukele-a-la-c%C3%BApula-de-la-MS-13-en-la-mira-de-la-justicia-estadounidense.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

VIANA, Natalia. ‘Não previmos que as instituições eram tão fracas em Salvador’. **Jornal Nexo**, 14 out. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2022/10/14/%E2%80%98N%C3%A3o-previmos-que-as-institui%C3%A7%C3%B5es-eram-t%C3%A3o-fracas-em-El-Salvador%E2%80%99>. Acesso em: 28 out. 2022.

NOVA CHANCE PARA A PAZ: O GOVERNO COLOMBIANO DE GUSTAVO PETRO E EJÉRCITO DE LIBERACIÓN NACIONAL (ELN)

Giovanna Amaral Vargas²⁹
Maria Aparecida Felix Mercadante³⁰



Fonte: Espinosa (2023).

A Colômbia, país situado na América do Sul, e que faz fronteira com Venezuela, Brasil, Peru, Equador e Panamá, é palco de um dos conflitos intraestatais mais longevos da região. Neste artigo, analisaremos o conflito entre uma das guerrilhas mais antigas e ainda em atividade da América Latina, o Exército de Libertação Nacional (ELN), representando a força oposicionista, e o governo colombiano. Essa guerrilha foi iniciada em 1964, na província de Santander, a partir de influências da Revolução Cubana (1953-1959) e da Teologia da Libertação, que enfatizavam questões de consciência social e justiça.

O contexto da sua criação remete ao período de *La Violencia*, aproximadamente de 1948 a 1958, em que houve uma grande instabilidade política e insatisfação social no território colombiano. Naquele tempo, a disputa entre os partidos liberal e conservador estava acalorada, o que ocasionou, em 1948, no assassinato do candidato liberal à Presidência do país, Jorge

²⁹ Graduada em Relações Internacionais pela UNESP Franca.

³⁰ Mestre em Relações Internacionais pelo PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). E-mail: maria.mercadante@unesp.br

Eliécer Gaitán, considerado um candidato alinhado às pautas populares. Assim, com um passado de disputas políticas entre os partidos, o assassinato de Gaitán serviu de estopim para a violência entre as coletividades, o que gerou revoltas populares iniciadas em forma de protesto nas ruas da capital e em outras regiões do país. As ações violentas foram fortemente reprimidas, mas, internamente, os partidos organizavam-se em torno de núcleos armados (BUSHNELL, 2007; GRUPO DE MEMORIA HISTORICA, 2013).

A violência entre partidários liberais e conservadores, bem como a exclusão sistemática que o bipartidarismo gerava nos demais setores organizados da sociedade colombiana contribuíram para o desenvolvimento de movimentos políticos e sociais que reivindicavam uma maior participação política e a defesa de seus interesses. Em uma nova configuração, a partir da formação da Frente Nacional (1958-1974), inaugurou-se a aliança entre liberais e conservadores na tentativa de conter a violência política. Entretanto, essa atuação conjunta não estabeleceu uma mudança real na sociedade, tampouco atendeu às demandas dos movimentos políticos populares que cada vez mais aproximavam-se das ideologias comunistas e revolucionárias. Em relação a isso, é importante recordar que o cenário internacional vivia sob a conjuntura da Guerra Fria e do embate ideológico entre capitalismo *versus* comunismo.

A região latino-americana estava sob influência dos Estados Unidos e estratégias de contenção ao comunismo eram implementadas com forte apoio financeiro e militar por parte do governo estadunidense. Ainda assim, ideais revolucionários foram incorporados por diferentes organizações colombianas, como o Partido Comunista Colombiano (PCC) e outras organizações insurgentes que, aos poucos, foram se transformando em grupos armados com táticas de guerrilha, dentre eles o Exército de Libertação Nacional (ELN). A repressão aos movimentos guerrilheiros e populares sob a narrativa de combate ao comunismo e aos grupos armados à margem da lei foi uma política constante dos governos colombianos desde então, resultando em mais de 60 anos de conflito e com mais de 9 milhões de vítimas reconhecidas pela Unidade de Vítimas³¹ (COLOMBIA, [2022])

Tendo isso em vista, é importante pontuar que, desde sua criação, o ELN normalmente esteve relacionado ou até mesmo comparado às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) – a mais conhecida entre as organizações armadas formadas em território colombiano – justamente por terem se originado em momentos semelhantes e compartilharem da inspiração marxista-leninista. Mas é importante ressaltar que as FARC e o ELN tinham objetivos e influências distintas. Ao passo que as FARC tinham como foco a questão agrária e a

³¹ Base de dados criada pelo governo colombiano para sistematizar informações sobre o conflito armado.

mobilização campesina; o ELN, com inspiração na Revolução Cubana de Fidel Castro, incorporava em sua atuação político-militar o desenvolvimento da consciência política de setores populares, sindicais e campesinos no combate à presença das transnacionais petrolíferas estrangeiras nos Departamentos de Santander e Antioquia. O petróleo foi o eixo de recomposição política, econômica e militar da organização armada, os ataques realizados às infraestruturas denunciavam a exploração de empresas estrangeiras dos recursos colombianos (GRUPO DE MEMORIA HISTORICA, 2013; GALLEGO, 2010).

O ELN teve como seu principal militante o sacerdote Camilo Torres, o responsável por convergir as novas correntes que surgiram no seio da Igreja Católica, como a Teologia da Libertação, com a prática revolucionária de orientação marxista (BUSHNELL, 2007). O movimento passou por momentos de maior e menor pujança. Na década de 1970, conflitos internos dificultaram seu projeto de expansão, resultando na morte de várias lideranças e no enfraquecimento da capacidade militar do grupo. Já nos anos 1980, a liderança do padre espanhol Manuel Pérez, que esteve à frente da organização até sua morte em 1998, colaborou para seu restabelecimento, que também foi ocasionado pelas novas formas de financiamento do movimento armado. A renda provinha de diferentes fontes: da cobrança de taxas de empresas estrangeiras multinacionais de petróleo que estavam nas zonas controladas territorialmente pela guerrilha; do envolvimento da guerrilha com os cultivos ilícitos, a supervisão das zonas de produção de coca e maconha; e ainda da prática de sequestros e resgates de colombianos e estrangeiros (UCDP, [2022]; BUSHNELL, 2007).

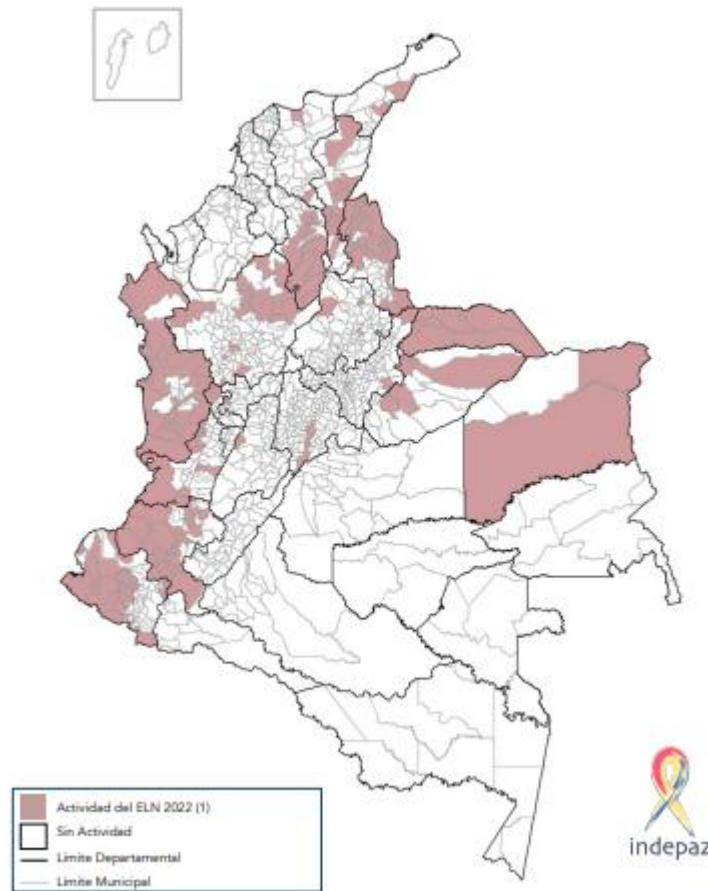
Ao longo da história do conflito houve diferentes tentativas de acordo entre as partes, detalhadas no *Dossier proceso de paz en Colombia*, mas que não progrediram por motivações distintas (FORER; MOREIRA; PARADA, 2015). Na década de 1980, o ELN não participa dos processos de paz entre o governo de Belisario Betancur e outras organizações armadas atuantes em território colombiano, “o ELN não aspirava alcançar projeção política por meio da participação eleitoral, mas buscava criar um poder popular com uma dinâmica própria capaz de substituir o Estado” (GRUPO DE MEMORIA HISTORICA, 2013, p. 147, tradução nossa).

A esperança de um Acordo entre as partes ganhou força em 2014, quando o então presidente Juan Manuel Santos (2010-2018) declarou estar em diálogo com o ELN com o objetivo de propor novas negociações de paz – processo similar ao que acontecia com as FARC no período e que resultou no Acordo de Paz de 2016. Os diálogos exploratórios sofreram contratempos com a manutenção da atuação militar da guerrilha, como os ataques à infraestrutura policial, que deixaram 12 policiais mortos em 2015. Ainda assim, a instalação da fase pública de negociações foi responsável por gerar o documento “*Acuerdo de diálogos para*

la paz de Colombia entre el Gobierno Nacional y el Ejército de Liberación Nacional” (COLOMBIA, 2016), uma espécie de guia para as futuras mesas de negociações, com seis pontos de agenda para as discussões e a previsão de participação das negociações em países da região. Em 07 de fevereiro de 2017 a mesa oficial de negociação entre o ELN e o governo colombiano foi instalada em Quito, no Equador. Entretanto, o processo de negociações foi interrompido com a eleição do presidente conservador Iván Duque (2018-2022) e com a continuação dos atentados às forças policiais colombianas. O estopim foi a explosão de uma bomba na Escola de Polícia na capital Bogotá que deixou 21 mortos e 68 feridos em janeiro de 2019 (21 FALLECIDOS..., 2019; DUQUE ROMPE..., 2019).

O *Instituto de estudios para desarrollo y la paz* (INDEPAZ) (2022) mapeou a composição e organização, bem como a atividade recente do grupo armado. A partir do Comando Central e do comandante Antonio García, a organização divide-se em frentes de guerra relativas aos departamentos de atuação, concentrando-as na porção norte da Colômbia, com os departamentos de Arauca, Boyacá e Casanare, na região de fronteira com a Venezuela como sua zona de maior influência. De acordo com o informe do Indepaz (2022), entre 2017 e 2021, o ELN teria consolidado sua atividade em 91 municípios colombianos, alguns deles a partir de um processo de expansão e ocupação permanente envolvendo disputas com outras forças armadas (legais e ilegais). A estrutura organizacional conta com oito frentes de guerra e subestruturas sob suas coordenações que são direcionadas às ações territoriais mais específicas. Assim, a atuação do grupo armado é concentrada em duas principais frentes estratégicas, a da Costa Pacífica e a da fronteira com a Venezuela, país no qual especula-se que haja atuação interna da guerrilha, tanto para obtenção de suprimentos e armas quanto para própria operacionalização. O dado relevante do relatório é a relação do ELN com o recrutamento forçado de menores, principalmente indígenas, com os casos de homicídios contra líderes sociais e defensores dos Direitos Humanos, deslocamentos forçados e sequestros.

A eleição do primeiro presidente alinhado à esquerda na Colômbia, Gustavo Petro, abriu as portas para uma nova tentativa de diálogo com a organização armada. Em novembro de 2022 foram retomadas as negociações com conversas rotacionadas entre os países garantidores (Venezuela, Cuba e Noruega) para que houvesse um cessar-fogo de ambos os lados. O diálogo parecia promissor, no comunicado assinado pelas delegações e emitido em Caracas evidenciou-se a participação social como um ponto importante: “para o governo colombiano e o ELN, a participação da sociedade nesse processo é essencial nas mudanças que a Colômbia precisa para construir a paz” (SEQUERA; ACOSTA 2022), demonstração que estava alinhada aos pontos acordados em 2016 (COLOMBIA, 2016).



INDEPAZ (2022, p. 99)

Para os pesquisadores do Indepaz (2022), o retorno das negociações de paz reacendeu o debate sobre a coesão interna do grupo armado no que tange à capacidade do Comando Central do ELN em estabelecer às diferentes frentes de guerra e estruturas internas a conformação a um acordo definitivo de paz e, conseqüentemente, a entrega das armas por todos seus combatentes. Ainda assim, as mesas de diálogo e negociação estão postas e o terceiro ciclo³² de negociações terminou em 08 de junho com o estabelecimento do “Acordo de Cuba”. O documento assinado entre as partes possui três pontos: os preparativos para a incorporação da sociedade civil no processo de construção da paz; os marcos para um cessar-fogo bilateral de seis meses com mecanismos de monitoramento e verificação podendo ser prorrogado; e a definição do quarto ciclo de negociações que acontecerá em Caracas a partir do dia 14 de agosto de 2023 (ERAZO, 2023).

³² O primeiro ciclo de negociações iniciou em dezembro de 2022. Para mais informações ver: Erazo, 2022.

REFERÊNCIAS

BUSHNELL, David, Colombia. Una Nación a pesar de sí misma. Bogotá: Ed. Planeta, 2007.

COLÔMBIA e grupo rebelde concordam em retomar negociações no mês que vem. CNN Brasil. 4 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/colombia-e-grupo-rebelde-concordam-em-retomar-negociacoes-no-mes-que-vem/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

COLOMBIA, ELN rebels start peace talks, hoping to end six decades of war. Reuters. Vivian Sequera, 21 nov. 2022. Disponível em: https://www.reuters.com/world/americas/colombia-eln-rebels-start-peace-talks-hoping-end-six-decades-war-2022-11-21/?utm_source=substack&utm_medium=email. Acesso em: 4 dez. 2022.

COLOMBIA. Registro Único de Víctimas: Unidad para las Víctimas. [2022] Disponível em: <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/registro-unico-de-victimas-ruv/37394>. Acesso em: 22 dez. 2022.

COLOMBIA. Acuerdo de diálogos para la paz de Colombia entre el Gobierno Nacional y el Ejército de Liberación Nacional. Marzo, 2016. Disponível em: https://colombiapace.org/files/eln_agenda.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

ERAZO, Katerin. Paz Total: primera etapa de reanudación de las negociaciones entre el Gobierno y el ELN. Pares, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://www.pares.com.co/post/paz-total-primera-etapa-de-reanudaci%C3%B3n-de-las-negociaciones-entre-el-gobierno-y-el-eln>. Acesso em: 10 de jun. 2023

ERAZO, Katerin. Histórico acuerdo de cese al fuego tras tercer ciclo de diálogos entre Gobierno y ELN. Pares, 09 jun. 2023. Disponível em: <https://www.pares.com.co/post/hist%C3%B3rico-acuerdo-de-cese-al-fuego-tras-tercer-ciclo-de-di%C3%A1logos-entre-gobierno-y-eln>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ESPINOZA, Ramón. [Miguel Díaz-Canel aplaude mientras Gustavo Petro (a la izquierda) y Antonio García se dan la mano durante una mesa de diálogo en La Habana, este viernes]. 1 fotografia. **El País**, 09 jun. 2023. Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2023-06-09/petro-sella-un-cese-al-fuego-de-seis-meses-con-la-guerrilla-del-eln.html>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FORERO, Marcela; MOREIRA; Alba; PARADA Ana Maria. Dossier proceso de paz em Colômbia. **CIDOB**. out. 2015. Disponível em: https://www.cidob.org/es/publicaciones/documentacion/dossiers/dossier_proceso_de_paz_en_colombia/dossier_proceso_de_paz_en_colombia. Acesso em: 05 dez. 2022.

GOVERNO da Colômbia e guerrilha ELN retomarão negociações de paz em novembro. **Uol**. 4 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/10/04/governo-da-colombia-e-eln-retomarao-negociacoes-em-novembro.htm>. Acesso em: 14 nov. 2022.

INDEPAZ. INFORME SOBRE PRESENCIA DE GRUPOS ARMADOS EN COLOMBIA 2021 – 2022. 29 nov. 2022. Disponível em: <https://indepaz.org.co/informe-sobre-presencia-de-grupos-armados-en-colombia-2021-2022-1/>. Acesso em: 5 dez. 2022.

PETRO anuncia que já existe um primeiro acordo em diálogos com o ELN. **El Tiempo**. 3 dez. 2022. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/politica/gobierno/eln-petro-anuncia-que-ya-hay-un-primer-acuerdo-en-dialogos-723017>. Acesso em: 4 dez. 2022.

21 FALLECIDOS y 68 heridos por explosión en escuela de Policía. **El Colombiano**, Bogotá, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/paz-y-derechos-humanos/explosion-en-escuela-de-policia-en-bogota-JE10050933>. Acesso em: 20 abr. 2023.

DUQUE ROMPE diálogos con el Eln y reactiva órdenes de captura. **El Colombiano**, Bogotá, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/paz-y-derechos-humanos/carrobomba-en-bogota-presidente-ivan-duque-termina-dialogos-de-paz-con-el-eln-en-cuba-HE10057572>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SEQUERA, Vivian; ACOSTA, Luis Jaime. Colômbia e grupo rebelde concordam em retomar negociações no mês que vem, **CNN Brasil**, 04 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/colombia-e-grupo-rebelde-concordam-em-retomar-negociacoes-no-mes-que-vem/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CONHEÇA OS OUTROS PRODUTOS DO GEDES:

Programa de Pós-Graduação
em Relações Internacionais
'San Tiago Dantas'

(Unesp, Unicamp, PUC-SP)

Praça da Sé, 108 - 3º Andar -
Sé - São Paulo - SP - CEP:
01001-900
Telefone: (11) 3116-1770 / (11)
3116-1780

Site: www.santiagodantas-ppgri.org

E-mail: relinter@unesp.br

Observatório de Política Exterior (OPEX):

Projeto interinstitucional dedicado à produção de informes e análises sobre a Política Exterior de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, com base em reportagens veiculadas em jornais de grande circulação nos respectivos países.

Saiba mais: <https://gedes-unesp.org/observatorio-de-politica-exterior/>

Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas:

Projeto interinstitucional dedicado à produção de informes e análises sobre Defesa e Forças Armadas de países da América do Sul, com base em reportagens veiculadas em jornais de grande circulação.

Saiba mais: <https://gedes-unesp.org/observatorio-sul-americano-defesa-forcas-armadas/>

Grupo de Elaboração de Cenários Prospectivos:

Projeto dedicado ao estudo e aplicação de metodologias de elaboração de cenários prospectivos objetivando contribuir na divulgação de informações e perspectivas de cenários futuros, bem como fornecer subsídios para a tomada de decisões.

Saiba mais: <https://gedes-unesp.org/cenarios-prospectivos/>

ERIS:

Espaço aberto aos acadêmicos e especialistas para a publicação, em fluxo contínuo, de artigos e reflexões sobre temas de Defesa e Segurança Internacional.

Saiba mais: <https://gedes-unesp.org/eris/>

Atlas de Defesa Sul-Americana:

Desenvolvida no âmbito do Pró-Estratégia e Pró-Defesa 3, a plataforma online sistematiza dados sobre dimensões relevantes para informação e pesquisas em Defesa e Segurança Internacional sobre a América do Sul.

Saiba mais: <https://gedes-unesp.org/atlas/>

Rede Nacional de Estudos Estratégicos:

Espaço que reúne os produtos de Centros de Estudos Estratégicos civis e militares em pesquisa de ponta, bem como reflexões teóricas e metodológicas nas áreas de Paz, Defesa, Estratégia e Segurança Internacional.

Saiba mais: <http://apps.unesp.br/renee/br/>

